



CONECTAS DIREITOS
HUMANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008

DESAFIOS PARA 2009

CONSELHO CONSULTIVO DA CONECTAS

Margarida Bulhões Pedreira Genevois
Presidente do Conselho Consultivo
Coordenadora, Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos

Âmbar de Barros
Diretora, Núcleo de Conteúdo Infanto-Juvenil da TV Cultura (São Paulo)

Anamaria Schindler
Superintendente, Instituto Arapyáú

Claude Grinfeder
Membro do Conselho, Votorantim Cimentos Ltda.

Guilherme Lustosa da Cunha
Advogado e ex-Funcionário da ONU

Jacques Edgard F. d'Adesky
Pequisador, Centro de Estudos das Américas/UCAM

Maria Tereza Pinheiro
Jornalista, Rede Globo de Televisão

Rosiska Darcy de Oliveira
Escritora e Presidente, Centro de Liderança da Mulher

Sandra Carvalho
Diretora, Justiça Global

Sérgio Fingeremann
Artista Plástico

Theodomiro Dias
Advogado e Professor, Fundação Getúlio Vargas

CONSELHO FISCAL

Ana Lucia de Mattos Barretto Villela
Diretora, Instituto Alana

Fabio Caruso Cury
Advogado, Cury Advogados Associados

Flavia Regina de Souza
Advogada, Mattos Filho Veiga Filho Marrey Jr. e Quiroga Advogados

FINANCIADORES

Os recursos iniciais para constituir a organização foram concedidos pela Fundação Ford e pela Fundação das Nações Unidas (UNF). Hoje, os principais financiadores da Conectas são:

- ✓ Better World Fund (UNF/BWF)
- ✓ Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil
- ✓ Fundação das Nações Unidas
- ✓ Fundação Ford
- ✓ Fundação Oak
- ✓ Fundação Open Society Institute (OSI, OSISA, OSIWA e OSJI)
- ✓ Fundação Overbrook
- ✓ Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF)
- ✓ União Européia

Outros doadores e parceiros:

- ✓ Ashoka Empreendedores Sociais
- ✓ Consulado Geral do Canadá no Brasil
- ✓ Democracy Coalition Project (DCP)
- ✓ Embaixada da Alemanha no Brasil
- ✓ Escola de Direito de São Paulo (FGV-SP)
- ✓ Fundação Friedrich Ebert (FES)
- ✓ Oxfam

CARTA DOS DIRETORES

Caros parceiros e amigos,

Temos o prazer de apresentar o novo relatório de atividades da Conectas Direitos Humanos. Mais completo que o do ano passado, este relatório traz as principais realizações dos Programas de Justiça e do Sul Global em 2008, assim como os avanços e desafios na Área Institucional. Contém também as atividades do primeiro trimestre de 2009 e as perspectivas para esse ano.

2008 foi um ano das grandes oportunidades para consolidar e integrar as nossas iniciativas e colher os frutos dos nossos esforços.

Foi o ano do aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Conectas participou ativamente das comemorações, fazendo convergir suas várias atividades internacionais em torno do trabalho com a ONU, com o intuito de estimular uma reflexão crítica e produtiva. A oitava edição do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, que reuniu cerca de 80 participantes em novembro de 2008, teve por tema “60 Anos da DUDH: O papel das organizações do Sul”. Também o II Encontro Estratégico sobre a Participação da Sociedade Civil no Conselho de Direitos Humanos da ONU, que reuniu representantes de 11 ONGs do Sul, concentrou seu trabalho sobre a participação da sociedade civil na Revisão Periódica Universal (RPU), à qual são submetidos os Estados membros, e elaborou um Guia de Intervenção (Roadmap) para as ONGs. Além de sua própria participação no monitoramento da RPU do Brasil, o projeto de Política Externa da Conectas incentivou e capacitou outras organizações parceiras ao longo do ano para o engajamento nesse processo. No mesmo sentido, a Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos publicou um dossier especial sobre o aniversário da Declaração.

Em âmbito nacional, avanços conseguidos em defesa do acesso à justiça de grupos vulneráveis e no combate às violações sistemáticas de direitos humanos no Brasil constituem outro exemplo do trabalho conjugado do Artigo 1º e do Instituto Pro Bono no Programa de Justiça. Após contribuir para as grandes mudanças no sistema de detenção de adolescentes privados de liberdade, como a desativação dos grandes complexos carcerários e melhoria das condições gerais, o Artigo 1º decidiu ampliar seu foco de atuação e, além das iniciativas relacionadas aos adolescentes, começará a desenvolver projetos sobre as condições de detenção nas Cadeias Públicas. Outro foco de atuação muito intenso em 2008 foi junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Conectas é parte em várias ações como *amicus curiae*, como a interrupção de gravidez de fetos anencéfalos, o reconhecimento da união estável homoafetiva, o aumento da autonomia dos defensores públicos e a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. O lançamento do site www.stfemfoco.org.br, no ano passado, também ajudou a divulgar informações sobre o trabalho junto ao STF para outras organizações da sociedade civil.

O Instituto Pro Bono (IPB) obteve grandes conquistas em 2008, com destaque para a aprovação da resolução local do Estado de Alagoas que permitiu a advocacia *pro bono* em seu território. O IPB ainda realizou um projeto mais acadêmico, chamado de “Estatuto Jurídico do Terceiro Setor”, cujo produto final deve ser submetido em 2009 ao Ministério da Justiça para fundamentar a elaboração de um projeto de lei geral para o Terceiro Setor.

Mas 2008 foi também um ano de grandes desafios. A crise econômica e financeira alarmou todos os setores da economia mundial e atingiu particularmente o Terceiro Setor.

Conectas enfrentou este período de crise como uma oportunidade para uma mudança de paradigmas e para a renovação de suas práticas. Nos últimos anos, a nossa organização já vinha enfrentando os desafios da sua sustentabilidade. Adotamos várias medidas: reduzimos nossas despesas de aluguel com a mudança de sede para uma área mais econômica; procuramos diversificar nossos financiadores e fortalecer nossa área de captação de recursos; fortalecemos substancialmente as áreas administrativa e financeira e melhoramos nossos procedimentos internos; revisamos e reduzimos nossos custos operacionais; congelamos salários; e aumentamos a visibilidade da organização para fortalecer sua credibilidade.

Aliás, a própria publicação deste relatório de atividades demonstra a continuidade do aprimoramento de sua prestação de contas a parceiros e financiadores e ao público em geral, reconhecendo a governança e a transparência como caminhos para a sua sustentabilidade.

Agradecemos a nossa equipe motivada, dedicada e talentosa, assim como a nossos parceiros, financiadores e conselheiros pela confiança e apoio, essenciais para cumprir a missão a que nos propomos. Os sucessos e desafios relatados na presente publicação são de todos nós. Boa leitura!



Malak Poppovic
Diretora Executiva



Oscar Vilhena Vieira
Diretor Jurídico

SUMÁRIO

PROGRAMA DE JUSTIÇA	6
<i>LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA E DEBATE CONSTITUCIONAL</i>	
<i>Artigo 1º</i>	7
<i>RESPONSABILIDADE SOCIAL NO DIREITO</i>	
<i>Instituto Pro Bono</i>	12
<i>COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL</i>	
<i>Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra</i>	16
PROGRAMA SUL GLOBAL	20
<i>EDUCAÇÃO: COMPARTILHANDO CONHECIMENTO NO SUL</i>	
<i>Colóquio Internacional de Direitos Humanos</i>	21
<i>Programa de Direitos Humanos para a África Lusófona</i>	25
<i>PESQUISA: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SUL</i>	
<i>Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos</i>	28
<i>IBSA Cortes - Justiciabilidade dos Direitos Humanos</i>	31
<i>ADVOCACY: DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO SUL</i>	
<i>Política Externa e Direitos Humanos</i>	32
ÁREA INSTITUCIONAL	36
RELATÓRIO FINANCEIRO	41



Participantes, observadores e equipe da oitava edição do Colóquio



Conectas Direitos Humanos é uma organização não-governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em outubro de 2001 em São Paulo, Brasil, com a missão de promover o respeito aos direitos humanos e contribuir para a consolidação do Estado de Direito no Sul Global (África, Ásia e América Latina).

Para tanto, Conectas desenvolve programas que propiciam o fortalecimento de ativistas e acadêmicos em países do hemisfério sul e fomentam a interação entre eles e com as Nações Unidas. Em janeiro de 2006, o Comitê das Nações Unidas para Organizações Não-Governamentais aprovou o pedido de Status Consultivo da Conectas na ONU.

No Brasil e em âmbito regional, Conectas também promove ações de advocacia estratégica e de interesse público.

Para atingir tais objetivos, a Conectas concentra suas atividades em duas grandes áreas:

(1) Por meio de seu **Programa de Justiça**, a organização visa ampliar o acesso à Justiça de grupos vulneráveis, tanto através de litigância estratégica quanto do incentivo ao trabalho *pro bono* (voluntário) de advogados. Além disso, a Conectas participa dos debates constitucionais que envolvem direitos fundamentais e ainda emprega esforços no empoderamento de lideranças negras em questões relativas ao direito à saúde;

(2) O **Programa Sul Global** busca fortalecer a sociedade civil dos países da África, Ásia e América Latina, com projetos que almejam a integração do trabalho de ativistas e acadêmicos de direitos humanos, possibilitando a troca de experiências e o aprendizado mútuo. Além disso, o Programa incentiva a produção de conhecimento no Sul Global e ainda capacita os ativistas e acadêmicos para a interação com a ONU, um parceiro estratégico essencial na promoção dos direitos humanos em nível mundial.

O relatório a seguir descreve as principais atividades desenvolvidas por ambos os programas em 2008, além da evolução da área institucional e do relatório financeiro, bem como os principais desafios que cada uma dessas áreas deve enfrentar durante o decorrer do ano de 2009.



CONNECTAS

DIREITOS
HUMANOS

PROGRAMA DE JUSTIÇA

O **Programa de Justiça da Conectas Direitos Humanos** atua por meio de iniciativas interligadas, que utilizam o Direito como ferramenta para ampliar o acesso à Justiça dos grupos vulneráveis e combater as violações sistemáticas de direitos humanos no Brasil.

O programa é composto pelos projetos **Artigo 1º, Instituto Pro Bono e Direito à Saúde da Mulher Negra**, esse último uma iniciativa piloto.

Em 2008, o projeto **Artigo 1º** realizou um exame mais detalhado de seus últimos anos de atuação, o que fundamentou a importante decisão de ampliar seu foco de atuação. Agora, além das atividades relacionadas a adolescentes privados de liberdade, o projeto também desenvolverá iniciativas sobre (a falta de) condições de detenção de Cadeias Públicas no país.

Além disso, sob a perspectiva do debate constitucional, 2008 foi ano bastante profícuo para as ações judiciais em que a Conectas participa no Supremo Tribunal Federal (STF). Pela primeira vez, audiências públicas foram realizadas e a sociedade civil pode se manifestar oficialmente sobre tais temas. Casos importantes, como a ação sobre pesquisas científicas com células-tronco, foram julgados. Mais informações nas páginas seguintes.

Para o **Instituto Pro Bono (IPB)**, 2008 foi um ano de muitas conquistas. Mais um Estado brasileiro - Alagoas - aprovou uma resolução local permitindo a advocacia *pro bono* em seu território. Para complementar, um projeto de pesquisa chamado "Estatuto Jurídico do Terceiro Setor" foi desenvolvido pela equipe do IPB durante todo o ano, e seu produto final será enviado ao Ministério da Justiça para fundamentar a elaboração de um projeto de lei geral para o Terceiro Setor. Leia o relato mais completo sobre o IPB na pág. 12.

Já o projeto **Direito à Saúde da Mulher Negra** teve seu segundo ano de atuação em 2008. Sua principal atividade foi a realização dos "Cursos de Capacitação", que buscaram fortalecer as lideranças negras de dois bairros da periferia de São Paulo para o combate à discriminação racial nos serviços de saúde pública. Mais de cem pessoas participaram da atividade, realizada em dois módulos durante o decorrer do ano e baseada nos materiais produzidos durante o ano anterior. O projeto entra agora em sua fase de conclusão, com desafios como a instalação do Centro de Direitos e a busca por sua sustentabilidade. Veja mais na pág. 16.

LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA E DEBATE CONSTITUCIONAL

ARTIGO 1º

O trabalho do **Artigo 1º** pode ser dividido em duas linhas principais: a litigância estratégica no combate à violência institucional, em que vítimas de violações de direitos humanos são diretamente assessoradas pela equipe de advogados; e o monitoramento do debate constitucional, que incentiva a participação da sociedade civil em casos de direitos fundamentais julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

Litigância estratégica

EM DEFESA DO ADOLESCENTE

Em fevereiro, Conectas lançou a Cartilha “*Em defesa do adolescente – protagonismo das famílias na defesa dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas*”, produzida em conjunto com ILANUD (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente), AMAR (Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco) e CEDECA (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) Sapopemba, com o apoio do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). O objetivo da publicação, que está sendo distribuída em diversas organizações não-governamentais, é esclarecer a população em geral e, principalmente, as famílias e os responsáveis por adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, para que sejam conhecidos, respeitados e monitorados por todos.



Capa da Cartilha

Depois de quase cinco anos de existência, o Artigo 1º fez um levantamento completo de sua atuação. Desde 2003, a equipe do projeto já propôs **mais de 170 ações e medidas judiciais e procedimentos administrativos**, a maioria referente a violações dos direitos humanos (morte e tortura) de adolescentes privados de liberdade no Estado de São Paulo.

Essa litigância individual constante, associada a medidas mais estruturais, como a apresentação de denúncias junto ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos pedindo o **fechamento de unidades mais problemáticas**, contribuíram para que o Estado de São Paulo passasse a adotar medidas preventivas, buscando evitar que essas violações se repetissem.

Vale ressaltar também que a Justiça finalmente reconheceu a gravidade da **morte de adolescentes privados de liberdade sob a custódia do Estado** e aumentou o valor das respectivas indenizações de cerca de **US\$ 7 mil para US\$ 100 mil**.

Em 2008, o Artigo 1º deu continuidade a essa atuação. **Novos pedidos de indenização por morte e tortura** contra a instituição responsável pela custódia dos adolescentes privados de liberdade de São Paulo (a antiga FEBEM, atualmente chamada de Fundação CASA) foram ajuizados e diversos procedimentos administrativos instaurados para averiguar más condições de detenção e maus-tratos.

Outra importante conquista facilitou o monitoramento dessas violações. Depois de uma batalha jurídica de quase três anos, a Justiça finalmente invalidou uma portaria da antiga FEBEM, que impedia que organizações da sociedade civil entrassem nas unidades para fiscalizar as condições de detenção. Isso possibilitou um **monitoramento in loco da situação nas unidades** - por exemplo, o próprio Artigo 1º, em sua primeira visita à unidade de Franco da Rocha, comprovou a existência de indícios de tortura e maus tratos aos adolescentes, prontamente denunciados às autoridades responsáveis e à mídia.

Atuação internacional

Algumas vezes, o sistema jurídico nacional é insuficiente, por si só, para resolver os casos e denúncias de violência institucional. Assim, quando não há resposta adequada no sistema jurídico nacional, o Artigo 1º leva suas denúncias e casos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH-OEA), em Washington, cujas penalidades e medidas cautelares ajudam a pressionar seus Estados-membro para que adotem medidas de prevenção às violações de direitos humanos mais recorrentes.

Uma iniciativa inovadora foi promovida na **Cadeia Pública do Guarujá**, no Estado de São Paulo. A cadeia em questão, depois de anos de superlotação e falta de cuidados com a estrutura, não apresentava as mínimas condições sanitárias ou de segurança necessárias para abrigar pessoas. Além disso, ainda havia adolescentes detidos junto com adultos, em evidente violação de seus direitos.

Debate constitucional – STF em Foco

A Constituição Federal de 1988 confere ao Supremo Tribunal Federal (STF) a posição de guardião da Constituição. Nessa condição, o STF tem sido provocado a decidir sobre temas de grande impacto sobre a agenda de direitos humanos. Por isso, o projeto **STF em Foco**, desenvolvido pelo Artigo 1º, tem o objetivo de acompanhar as ações propostas perante o STF, com o intuito de fazer com que a perspectiva da sociedade civil e dos direitos humanos sejam levadas em consideração pelos Ministros no momento de tomada de decisão. A participação sistemática do Artigo 1º como *ami-*

O Artigo 1º, em conjunto com o Instituto Pro Bono e o Conselho Comunitário Penitenciário de Guarujá e Vicente de Carvalho, levou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH-OEA), que concedeu seguidas medidas cautelares determinando a retirada dos adolescentes e a adoção de ações para garantir a integridade dos adultos. Finalmente, em março de 2008, a Cadeia foi esvaziada por ordem da Justiça nacional.

O Artigo 1º levou **outra denúncia à CIDH** em 2008: o caso de Gerson Mendonça, morto por policiais durante a reação a um seqüestro-relâmpago de que era vítima. O policial que matou Gerson foi inocentado pelo sistema jurídico nacional, que alegou que o policial agiu em “estrito cumprimento do dever legal”. A denúncia apresentada busca a responsabilização do Estado e indenização da família da vítima.

cus curiae em casos no STF tem também o objetivo de ampliar a densidade dos argumentos de direitos humanos no debate público brasileiro.

Em 2008, a pauta da atuação da Conectas junto ao Supremo tornou-se bastante intensa. Duas ações em que a Conectas participou como *amicus curiae* - a antecipação do parto de fetos anencéfalos e a proibição da importação de pneus usados no Brasil - realizaram audiências públicas. Tais eventos, convocados pelo próprio STF, tiveram o objetivo de reunir especialistas para apresentar

JULGAMENTOS NO STF

Casos importantes e de grande repercussão no cenário nacional foram levados à julgamento no STF em 2008. A Conectas participou como *amicus curiae* da maioria deles. Veja três exemplos:

Pesquisas com células-tronco

Em março, o STF decidiu sobre uma ação que visava proibir a pesquisa científica com células-tronco embrionárias no país, regulamentada por uma lei específica. A Conectas foi admitida como *amicus curiae* na ação e defendeu a validade das pesquisas, argumentando que apenas células de embriões inviáveis seriam utilizadas e destacando os possíveis benefícios para a área de saúde. O Prof. Oscar Vilhena Vieira, diretor jurídico da Conectas, sustentou oralmente perante os Ministros na sessão de julgamento, realizada em março. Ao final, o STF decidiu pela constitucionalidade da pesquisa, permitindo-a nas condições previstas na lei.

Raposa Serra do Sol

Nos meses seguintes, outro importante julgamento em que a Conectas participou foi iniciado: o da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esse caso, que decidiu sobre a demarcação desse território indígena no nordeste do Estado brasileiro de Roraima, ganhou repercussão na mídia internacional por conta dos constantes conflitos entre a população indígena e proprietários de terras da região.



Joênia Wapichawa, a primeira indígena a sustentar oralmente perante os Ministros do STF, durante julgamento sobre a Raposa Serra do Sol

Interesses diversos fizeram com que essa demarcação, já determinada por decreto presidencial, fosse questionada. Apresentou-se uma proposta de demarcação em ilhas, de modo a preservar as propriedades já existentes na região. A Conectas apresentou memoriais a esse caso, destacando a importância da demarcação contínua para a preservação da cultura e dos hábitos da população indígena local. Também apoiou publicamente o movimento pró-demarcação contínua, liderado pela advogada e líder indígena Joênia Wapichawa.

Após duas suspensões, a sessão de julgamento foi encerrada em março de 2009, com a manutenção da demarcação contínua do território indígena e a determinação da retirada imediata dos não-indígenas da região.

Ações afirmativas

Outro caso teve seu julgamento iniciado em abril de 2008, mas ainda não foi concluído – sobre a constitucionalidade das ações afirmativas em universidades brasileiras. Essa ação questiona uma previsão do Pro Uni, programa do governo federal que busca estimular o ingresso dos estudantes com menos recursos no ensino superior por meio da concessão de bolsas de estudos por universidades privadas, feita em troca de benefícios tributários. A determinação questionada prevê a reserva de parte dessas bolsas para negros, indígenas, pessoas com deficiência e alunos da rede pública, e está sendo questionada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN).

Durante a sessão de julgamento, a Conectas, admitida como *amicus curiae* no caso e representada novamente pelo Prof. Oscar Vilhena Vieira, foi a única que abordou a questão das ações afirmativas, até então deixada em segundo plano por conta de questionamentos tributários previstos na ação. No entanto, o julgamento foi suspenso por um pedido de vistas de um dos Ministros e ainda não há previsão de data para sua conclusão.



Prof. Oscar Vilhena Vieira em sustentação oral no STF durante sessão de julgamento sobre ações afirmativas

argumentos técnicos e científicos que fundamentarão a decisão final dos Ministros. Como parte destes processos, Conectas pode convidar especialistas para sustentar em seu lugar.

Além disso, alguns dos **casos** em que o Artigo 1º atua como *amicus curiae* **foram a julgamento** e sua intervenção nesses processos, além de ajudar no convencimento dos juízes, possibilitou a divulgação dos casos para a mídia e o envolvimento da opinião pública no debate. Veja no quadro ao lado mais informações sobre esses casos.

O **website do projeto (www.stfemfoco.org.br)**, lançado também em 2008, tem por objetivo **divulgar informações e conteúdo que permitem que outras organizações da sociedade civil**



Home do website www.stfemfoco.org.br

também monitorem as decisões e o trabalho do STF, além de possibilitar o acompanhamento dos casos em que a Conectas participa.

Para 2009, além do encerramento dos julgamentos adiados, há a previsão de que os casos que já contaram com audiências públicas devem entrar na pauta de julgamentos do Supremo.

ACESSO A MEDICAMENTOS

Outra importante vertente de atuação do projeto está relacionada ao **direito à saúde e acesso a medicamentos**. Conectas é parte do **GTPI/REBRIP (Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos)** e, por meio dessa organização, desenvolve atividades em debates relacionados à propriedade intelectual, em particular sobre o acesso a medicamentos para o tratamento da AIDS (SIDA).

Além da litigância estratégica em si, o GTPI/REBRIP ainda desenvolve um intenso trabalho de *advocacy*, a partir de um acompanhamento minucioso das discussões governamentais relacionadas ao tema, tanto no Poder Legislativo como no Poder Executivo. Para destacar a perspectiva da sociedade civil sobre esse debate, o GTPI apresentou **pareceres** sobre os projetos de lei e **documentos de posicionamento** em relação às ações executivas, além de promover **campanhas de mobilização da sociedade civil** (www.saudeemrede.org.br).

Desafios e Projetos para 2009

Durante os últimos anos, a atuação junto à antiga FEBEM trouxe conquistas importantes, mas a situação de risco aos direitos dos adolescentes privados de liberdade ainda persiste. O Artigo 1º pretende **dar continuidade a esse trabalho de constante vigilância.**

Porém, um desafio ainda maior se projeta para o Artigo 1º em 2009. O foco de sua atuação deve ser ampliado e novos esforços serão investidos na atuação junto ao sistema prisional como um todo, particularmente sobre as **más condições de detenção em Cadeias Públicas.** Confira na próxima página a entrevista da coordenadora do programa, Eloísa Machado, para compreender melhor os motivos dessa mudança.

Esse desafio não é pequeno. Segundo o Ministério da Justiça, são mais de 420 mil pessoas presas no país e são necessárias ao menos mais 185 mil vagas, o que gera um problema crônico de superlotação. Só em 2007, mais de mil presos foram mortos dentro de cadeias e presídios no país. Ou seja, quase três mortes diárias, seja por conflitos internos, seja por reação da polícia a eventuais rebeliões.

E as denúncias não param por aí. Falta de condições de higiene, de segurança, atuação de milícias, tráfico de drogas, entre outros.

Esse é um cenário complexo, em que o desrespeito aos direitos humanos, tanto dos presos quanto das pessoas que trabalham no sistema penitenciário brasileiro, é sistemático.

Sobre as atividades relacionadas ao **debate constitucional**, se espera que 2009 seja um ano com muitas decisões importantes. Temas fundamentais da agenda nacional de direitos humanos, como direitos sexuais e reprodutivos, ações afirmativas, laicidade do Estado e direito à saúde estão previstos para entrar em pauta no STF em 2009.



Violações aos direitos humanos são sistemáticas em cadeias públicas brasileiras, como a do Guarujá (foto)

ENTREVISTA

Em entrevista, a coordenadora do Artigo 1º, **Eloísa Machado**, conta o histórico do Projeto e explica a ampliação do foco para o trabalho em prisões

Como era a antiga FEBEM [instituição responsável pelas unidades de internação de adolescentes privados de liberdade de São Paulo] quando o Artigo 1º começou a atuar em 2003?

O cenário era gravíssimo e a antiga FEBEM (atual Fundação CASA) era considerada uma das instituições que mais violava direitos humanos no Brasil. O índice de mortes era altíssimo e chegou-se a computar a morte de um adolescente por mês em suas unidades. A tortura generalizada e unidades inadequadas, situadas em grandes complexos, tornavam a antiga FEBEM um caos de rebeliões e violações de todo gênero, problemas estes majorados pela falta de transparência e fiscalização das ações da instituição.

O cenário mudou nos últimos cinco anos?

Pode-se afirmar que algumas coisas já mudaram para melhor: os grandes complexos foram desativados e deram lugar a unidades menores e descentralizadas. No entanto, ainda não se pode dizer que as condições de internação estejam adequadas, ou seja, as violações persistem, ainda que em ritmo menor.

Outra melhora significativa foi a diminuição dos casos de tortura e de mortes nas unidades de internação. É um tipo de violação com a qual não se pode conviver. Assim, a persistên-

cia da tortura e das mortes, mesmo em menor número, segue a justificar uma atuação forte em seu combate. Merece menção a maior transparência hoje conferida aos casos relacionados à antiga FEBEM. Após muita luta, hoje as unidades da atual Fundação CASA podem ser fiscalizadas pela sociedade civil.

Em sua opinião, como a atuação do Artigo 1º está contribuindo para essa mudança?

Acreditamos que a advocacia estratégica persistente, aliada à mobilização de organizações e familiares, teve sim a possibilidade de contribuir para estas mudanças. É importante instar o Judiciário a se posicionar frente às violações de direitos humanos, bem como a assumir sua parcela de responsabilidade. Desta forma, a litigância estratégica promovida pelo Artigo 1º nestes últimos cinco anos teve o mérito de colocar o Judiciário como ator fundamental no processo de mudanças institucionais promovidas pela FEBEM, além de criar um custo político grande ao Poder Público pelas violações de direitos humanos cometidas.

Por que ampliar o foco do projeto para Cadeias Públicas?

Acreditamos que hoje a situação das cadeias públicas seja a mais problemática em termos de direitos humanos no país. Trata-se de um problema complexo, que envolve uma série de ações governamentais, e que vem sendo reiteradamente negligenciado nas últimas décadas.

Assistimos a um aumento de mais de 140% da população carcerária em São Paulo. Superlotação, más condições de detenção, criminalidade organizada, mortes, rebeliões e tortura são características comuns, encontradas por todo o Brasil. As prisões são sempre apontadas como uma solução para a crise de segurança que assola o país; no entanto, este discurso vem descolado da lógica de direitos humanos, agravando ainda mais a situação. Esperamos que a ampliação de foco do Artigo 1º seja capaz de contribuir para a melhoria das condições de detenção, prover melhor defesa pública dos presos e diminuir o uso excessivo de prisões provisórias.



Eloísa Machado,
coordenadora do Artigo 1º

RESPONSABILIDADE SOCIAL NO DIREITO

INSTITUTO PRO BONO

O **Instituto Pro Bono (IPB)**, afiliado à Conectas desde 2001, trabalha principalmente em duas frentes: (1) localmente, facilita o contato entre advogados interessados em advocacia *pro bono* e ONGs que necessitam de assistência jurídica gratuita; e (2) nacional e internacionalmente, incentiva e divulga a prática *pro bono*, pressionando para que seja criada uma regulamentação que permita sem restrições em todo o território brasileiro.

Expansão *pro bono*

O ano de 2008 foi marcado por conquistas muito importantes para o Instituto Pro Bono. Mais um Estado brasileiro – **Alagoas** – passou a contar em setembro com uma resolução da associação dos advogados (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB) local permitindo a prática da advocacia *pro bono* (voluntária), que ainda não é nacionalmente regulamentada, em sua jurisdição.

Mais do que um passo importante na expansão dos ideais *pro bono*, isso comprova o sucesso da estratégia de atuação adotada pelo IPB junto às OABs estaduais. O objetivo final é fazer com que a advocacia solidária vá sendo permitida Estado por Estado, expandindo o apoio à causa. Desde a **assinatura da resolução em Alagoas**, por exemplo, mais de **50 advogados** já se cadastraram para o programa local de advocacia voluntária.

Em São Paulo, único outro Estado onde a prática já é regulamentada, o IPB também tem por atividade facilitar o contato entre as ONGs que necessitam de assistên-

cia jurídica gratuita de qualidade e advogados voluntários. Para isso, conta com um banco de horas fornecidas por um **número crescente de advogados associados**.

Em 2008, o número de novas adesões (55) manteve os padrões dos anos anteriores. Isso **ampliou a capacidade de atendimento das ONGs**, especialmente com a adesão do departamento jurídico da General Electric (GE), que conta tanto com advogados internos da empresa como com um corpo de profissionais externos.

Algumas vezes, a própria equipe do IPB também participa do atendimento dessas demandas. Em agosto de 2008, por exemplo, a equipe começou a prestar seu **primeiro atendimento internacional**, em conjunto com um grupo de advogados voluntários.

O Instituto Pro Bono conta com o apoio da Fundação Oak, da Fundação Overbrook, da Fundação Tinker e do Better World Fund (UNF/BWF)



Voluntários do IPB durante o primeiro atendimento internacional

ENTREVISTA

O Diretor Executivo do Instituto Pro Bono, **Marcos Fuchs**, explica como funciona a estratégia de expansão Estado por Estado e as principais dificuldades no incentivo à criação de uma cultura de advocacia pro bono no Brasil.

A advocacia pro bono tem diversos apoiadores em todo o mundo. Por que é tão difícil aprovar uma resolução nacional que permita essa atividade em todo o Brasil?

Há alguns fatos que influenciam esse cenário, mas o principal é que a cultura *pro bono* ainda não está consolidada por aqui. Prover acesso à Justiça a quem dela necessitar é uma obrigação constitucional do Estado brasileiro. No entanto, com a saturação das Defensorias Públicas e com os dativos não dando conta da demanda, o trabalho *pro bono* é uma alternativa valiosa, principalmente em casos de advocacia de interesse público.

Por que trabalhar Estado por Estado na busca pela permissão nacional?

Essa atuação Estado por Estado (*state by state*) se mostrou bastante positiva nas incursões realizadas. Foram visitados os Estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Em todas as visitas, fui recebido pelos presidentes das seccionais da OAB, incluindo o Presidente do Conselho Federal. A experiência com reuniões e palestras demonstrou que todos entendem que a responsabilidade social no direito é um dever a ser exercido por advogados. Ao “contaminar” cada seccional com os ideais *pro bono*, conseguimos fomentar a necessidade e a importância de novas resoluções locais.

Algum desses Estados já está caminhando no sentido de aprovar uma resolução própria?

Além de Alagoas, que já aprovou sua resolução, o Paraná discute o assunto em seu Conselho, e a resolução apenas aguarda votação. Até o final de 2009, o Rio de Janeiro promete promover um debate amplo sobre o tema, e buscar a aprovação de uma resolução no início de 2010.

Por que Alagoas representou uma vitória tão grande?

Porque a resolução foi aprovada em ato do Presidente do Conselho, que entendeu a urgência e a relevância deste assunto. Tal medida já ajudou a cadastrar advogados, que, de forma *pro bono*, estão auxiliando na defesa de presos que não conseguiam exercer seu direito de defesa. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) já usa destes advogados para o seu cadastro nacional. Em outras palavras, existe uma cooperação entre o Tribunal de Justiça e a OAB. É sem dúvida uma grande vitória, pois também influencia as seccionais vizinhas (Pernambuco e Paraíba).

Recentemente, o CNJ publicou uma resolução sobre advocacia pro bono. Isso vai mudar a forma de atuação do IPB?

Essa resolução é uma forma positiva de intensificar a advocacia *pro bono* no Brasil. O CNJ pretende cadastrar advogados em todo Brasil para prestar atendimento gratuito. É sem dúvida a resolução que mais amplia o acesso à justiça de que se tem notícia nos últimos tempos.

O beneficiário desse atendimento é um grupo de estudos, ligado a uma ONG argentina, que está pesquisando sobre a proteção jurídica que as crianças dos países da América do Sul têm na área de saúde, especialmente em relação ao câncer.

Hoje, no total, são **357 advogados voluntários individuais**, além dos escritórios de advocacia que aderiram de forma institucional. Assim, as diversas demandas provenientes das entidades que chegam ao IPB continuam sendo, via de regra, assumidas integralmente no mesmo dia.

Marcos Fuchs (esquerda), diretor do Instituto Pro Bono, e Omar Coêlho de Mello (direita), presidente da OAB/AL, durante cerimônia de assinatura da Resolução Pro Bono de Alagoas



Estatuto Jurídico do Terceiro Setor

Outra novidade importante ocorrida em 2008 é que o IPB desenvolveu, com o apoio do Ministério da Justiça, um novo projeto – o **Estatuto Jurídico do Terceiro Setor**. A criação de uma lei específica para o Terceiro Setor que, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conta com 338 mil fundações e associações sem fins lucrativos e emprega 1,7 milhões de pessoas em todo o país, é uma demanda que organizações sociais vêm propondo há anos.

“As leis existentes hoje acabam gerando várias antinomias, não somente aparentes, mas reais, dificultando a aplicação e interpretação das regras existentes. Isso gera uma insegurança jurídica generalizada em entidades do Terceiro Setor”, explica o Prof. Gustavo Justino de Oliveira, da Faculdade de Direito da USP, um dos coordenadores do projeto. “Há a necessidade de uma legislação específica que contemple direitos e deveres desse segmento de entidades, além de uma política pública específica de desenvolvimento do Setor”, acrescenta.

O projeto em questão visou estudar a viabilidade e a pertinência da elaboração dessa lei específica. Seu primeiro ano foi dedicado à pesquisa acadêmica, realizada por meio da comparação e da análise da legislação internacional sobre o tema. “Um dos modelos mais interessantes, ainda em fase de desenvolvimento, é o italiano. Entre outros, esse modelo contempla inclusive a criação de uma agência reguladora do Terceiro Setor naquele país”, comenta o professor.

Em setembro de 2008 foi realizado um seminário sobre o tema, que reuniu mais de cem especialistas em São Paulo. Tal evento foi uma importante oportunidade para debater a questão, colher novas contribuições e analisar as primeiras conclusões da fase de pesquisa.

O projeto **Estatuto Jurídico do Terceiro Setor** foi finalizado no início de 2009 com a produção de uma minuta de anteprojeto de lei, apresentada ao Ministério da Justiça. “A minuta estabelece regras claras e precisas, princípios e diretrizes, e incentiva a política pública de desenvolvimento do Terceiro Setor. Desse modo, confere uma identidade a um setor de entidades e um segmento de atividades muito diversificado, mas que precisa de uma legislação específica”, conclui o Prof. Justino.

Seminário “Estatuto Jurídico do Terceiro Setor”



Desafios e Projetos para 2009



Além de dar continuidade à **expansão dos ideais *pro bono*** e manter o **crescimento do número de advogados associados**, um dos principais desafios do IPB é **ampliar o número de casos de interesse público** atendidos.

Ademais, o produto final do projeto **Estatuto Jurídico do Terceiro Setor**, a minuta de uma lei específica para a área, será considerado pelo Ministério quando da formulação de um projeto de lei. Assim, merece destaque o alto potencial de intervenção desse projeto, que persiste mesmo após seu encerramento oficial.

Ainda há uma demanda muito grande de casos relacionados à constituição e regularização estatutária de novas ONGs, até o momento as únicas beneficiárias possíveis da advocacia *pro bono*. Passada essa fase inicial, o IPB pretende tornar-se um importante parceiro dessas organizações, auxiliando na adoção de estratégias jurídicas direcionadas a atingir a missão de cada uma delas.

Uma estratégia diferenciada deve ainda incentivar a formação de uma cultura *pro bono* no meio jurídico. Em parceria com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, o IPB pretende dar início em 2009 a um projeto que vem sendo construído há anos: o **Instituto Pro Bono Júnior**. O objetivo é estimular alunos de Direito a atuarem voluntariamente em casos de interesse público, em parceria com escritórios que já realizam advocacia *pro bono*.

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL

PROJETO DIREITO À SAÚDE DA MULHER NEGRA

O projeto **Direito à Saúde da Mulher Negra** é realizado pela Conectas Direitos Humanos em parceria com o Geledés - Instituto da Mulher Negra, com o apoio da União Européia. Com duração de três anos, iniciou suas atividades em março de 2007. Desde então vem, por meio de diferentes atividades, investindo na efetivação de um modelo de monitoramento capaz de provocar mudanças nos serviços públicos de saúde no que tange ao atendimento à mulher negra.

Cursos de capacitação

O Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra desenvolveu em 2008 a principal atividade de sua segunda etapa – a realização de **cursos de capacitação**. Esses cursos, voltados para as lideranças negras dos bairros de São Mateus e Cidade Tiradentes, em São Paulo, capacitaram mulheres para a defesa de seus direitos, visando ao combate à discriminação racial nos serviços de saúde.

O curso foi dividido em oito aulas, ministradas por professores universitários, advogados e convidados especiais. Uma estrutura especial foi montada para receber as participantes: para vencer a distância entre seus locais de trabalho e o local do curso foram fretados ônibus e vans.

Mais de 100 pessoas, entre promotoras legais populares, profissionais de saúde, lideranças comunitárias e mulheres quilombolas da região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, participaram das duas edições do curso.

A capacitação abordou especialmente questões relativas ao di-

reito à saúde da mulher negra, o direito à igualdade racial, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, a violência contra as mulheres e, ainda, as doenças com maior prevalência nas mulheres negras.

Para tanto, foi utilizado como material o **Manual de Referência em Direito à Saúde da Mulher Negra**, produzido pelo projeto em 2007.

Por causa do sucesso desses cursos, tais lideranças estão tendo um envolvimento intenso na da terceira etapa do projeto, prevista para 2009: a criação do **Centro de Direitos**, em São Mateus.

O Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra conta com o apoio da União Européia e da Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil

PALESTRANTES DO CURSO DE CAPACITAÇÃO

<i>Dr. Oscar Vilhena Vieira</i> Temas Fundamentais de Direitos Humanos (1º curso)	<i>Dr. Rodney Jericó</i> Igualdade Racial (1º e 2º cursos)
<i>Dra. Fernanda Castro Fernandes</i> Temas Fundamentais de Direitos Humanos (2º curso)	<i>Dra. Ana Flávia Oliveira</i> Direitos Reprodutivos e Violência de Gênero (1º e 2º cursos)
<i>Dra. Cláudia Luna</i> Direitos das Mulheres (1º e 2º cursos)	<i>Dr. Robson Zamboni</i> Direitos Sexuais (1º curso)
<i>Dra. Carmem Dora</i> Direitos das Mulheres (1º e 2º cursos)	<i>Dr. Sérgio Gardengui Suiama</i> Direitos Sexuais (2º curso)
<i>Dr. Fernando Musa A. Aith</i> Direito à Saúde (1º curso)	<i>Dra. Janaína Leslão Garcia</i> Direitos Sexuais (1º curso)
<i>Dr. Fernando Camargo</i> Direito à Saúde (2º curso)	<i>Dra. Elisabete Aparecida Pinto</i> Política Nacional Integral de Saúde da População Negra e Saúde da Mulher Negra (1º e 2º cursos)
<i>Dra. Elisângela Mendes Queiroz</i> Saúde da Mulher Negra (2º curso)	

DEPOIMENTOS DE PARTICIPANTES DO CURSO DE CAPACITAÇÃO

“O curso superou minhas expectativas. Agora pretendo transmitir o que aprendi para outras mulheres do Vale do Ribeira”

Denise Aparecida de Deus, fisioterapeuta e quilombola, 1ª turma

“Fiquei sabendo do curso por pessoas da minha comunidade e estou muito satisfeita com o que aprendi. Entrei em contato com informações que não teria acesso se não fosse por essas aulas”

Cristiane Alves Wigboski, quilombola, 1ª turma

“As aulas do curso serviram não só para aprender mais, mas para recapitular toda a experiência que já tive. Além disso, os professores têm muito conhecimento, mas não tivemos dificuldade para acompanhar as aulas. Dava para ver que todo mundo vinha com muita satisfação para assistir o curso”,
Maria Aparecida Santos, agente de saúde aposentada, 1ª turma

“Fiz o curso para aprender mais sobre racismo e saúde e já comecei a observar com outros olhos o atendimento à população negra no hospital onde trabalho”

Telma Lúcia Farias da Silva, Promotora Legal Popular, 1ª turma

“O curso mexeu muito com a minha vida. Os debates foram excelentes, nos permitiram confrontar muitos dogmas, principalmente os religiosos”

Danielle Izidoro Varagem, 1ª turma

“O curso mudou minha relação com o trabalho e com a minha patroa. Agora eu conheço os meus direitos e me sinto uma pessoa mais completa”.

Gilsa do Sacramento, ex-enfermeira, 2ª turma

“Os professores e as palestras foram maravilhosos. Saber não ocupa lugar. É muito importante saber ouvir as pessoas e agora saberei também como orientá-las”

Maria Aparecida de Moura Diniz, carinhosamente chamada de D. Cida, 2ª turma

“É muito importante ter a oportunidade de reciclar conhecimentos e aprender coisas novas. O curso foi muito além de minhas expectativas”

Simone Ribeiro, de Cidade Tiradentes, 2ª turma

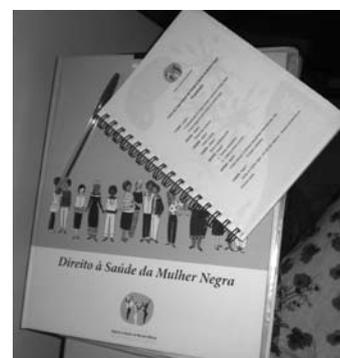


Participantes da 1ª Turma do Curso

Materiais do curso

Em 2007, primeiro ano do projeto, a principal atividade do Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra foi a produção do **Manual de Referência em Direito à Saúde da Mulher Negra**. Trata-se de um fichário contendo cinco cartilhas sobre as temáticas de Direitos Humanos, raça, gênero e saúde. Seu conteúdo é denso e de cunho informativo, porém escrito em linguagem fácil e acessível.

Junto com o Manual foram produzidos 21 folhetos, que abreviam os principais assuntos de cada uma das Cartilhas em uma linguagem mais simples e sucinta. Esses folhetos foram produzidos em grande escala e estão sendo distribuídos na região de atuação do Projeto, principalmente para mulheres que freqüentarem o Centro de Direitos. Além de ser distribuído para as participantes dos cursos de capacitação, tanto o Manual quanto a coleção de folhetos foram enviados a diversas organizações que trabalham com a temática racial e de gênero no país.



Manual de Referência



Participantes da 2ª Turma do Curso

Além dos cursos de capacitação, uma nova iniciativa foi desenvolvida ainda no segundo semestre de 2008, com a adesão do Saúde da Mulher Negra à **Campanha por uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**.

Juntamente com as Católicas pelo Direito de Decidir e com a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, o Saúde da Mulher Negra produziu um **Guia de Leitura do Manifesto Abreviado da Campanha**, com o objetivo de complementar o trabalho que já vem sendo desenvolvido por essas organizações desde 1999.

Esse Guia, por ser um material de fácil leitura e voltado ao público leigo, pode ser utilizado em diversas oficinas e workshops, sendo um instrumento importante na divulgação da Campanha e do Manifesto em prol da Convenção.

Foi distribuído para diversas organizações que trabalham com a temática de gênero, direitos sexuais, direitos reprodutivos e raça.

Por fim, o Saúde da Mulher Negra ainda lançou em 2008 seu **web-site (www.saudemulhernegra.org.br)**. Além de conter informações institucionais, o site é voltado a pesquisas na área de saúde e gênero, pois contém um amplo banco de dados, de acesso gratuito, com artigos acadêmicos, dissertações e textos de legislação nacional e internacional na área.



Capa do Guia de Leitura



Site do Projeto Saúde da Mulher Negra

Desafios e Projetos para 2009

O Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra tem um cronograma de atividades programado para três anos. Ou seja, em teoria, 2009 será o último ano do Saúde da Mulher Negra nos moldes inicialmente previstos.

Mas a proposta é que esse projeto sirva como um modelo, um piloto que poderá e deverá ser replicado em diversas regiões do país. Os maiores desafios são **tornar os resultados permanentes nas comunidades já atingidas por ele** (São Mateus e Tiradentes) e produzir um **registro detalhado** e eficaz que permita sua replicação.

Por isso, a maior iniciativa do Saúde da Mulher Negra em 2009 será, sem dúvida, a **montagem e a execução do Centro de Direitos**. O Centro atuará principalmente em três frentes: na capacitação continuada das mulheres, para que possam monitorar a política pública de saúde; na sensibilização dos funcionários da área da saúde; e no recebimento de denúncias visando a judicialização de casos de discriminação racial no sistema de saúde, em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Para isso, está programada a realização de dez “Meses Temáticos” no Centro em 2009, dando continuidade à capacitação de mulheres começada com os cursos. Serão dois meses dedicados a cada um dos temas já apresentados nos cursos, com aulas, palestras, oficinas, debates, apresentação de filmes, peças de teatro e outras atividades e dinâmicas que auxiliem na incorporação dos conteúdos.

Também em 2009, o Saúde da Mulher Negra dará continuidade a sua atuação na **Campanha por uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**.

Já está acertada, inclusive, a realização de workshops e palestras informativas sobre a campanha em espaços de grande mobilização social. Com tais iniciativas, o Saúde da Mulher Negra pretende conquistar novos apoios para a campanha e fortalecer a demanda pela Convenção.

Além disso, o projeto ainda pretende lançar uma cartilha explicativa sobre outra Convenção – **a Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância**. A idéia é distribuir essa cartilha para outras organizações que trabalhem com raça, gênero e direitos humanos em geral, como um incentivo aos debates sobre o projeto da Convenção que ainda está em discussão na OEA.

Equipe do projeto inaugura Centro de Direitos, em São Mateus



Nesse sentido, o Centro é fundamental para a continuidade dos objetivos do Saúde da Mulher Negra. Por isso, é essencial que a comunidade se aproprie de seu espaço e de suas atividades, para que ele se mantenha mesmo após o encerramento oficial do Saúde da Mulher Negra.

PROGRAMA SUL GLOBAL

O **Programa Sul Global** da Conectas Direitos Humanos busca capacitar, mobilizar e fortalecer ativistas e acadêmicos de direitos humanos do Sul Global (Ásia, África e América Latina), por meio de iniciativas em educação, pesquisa e *advocacy*. O objetivo principal do Programa é aumentar a influência e o impacto das atividades individuais e coletivas de jovens defensores de direitos humanos, por meio de uma série de atividades e projetos interligados.

O **Colóquio Internacional de Direitos Humanos** é uma das principais atividades do Programa. Esse encontro anual de ativistas e acadêmicos de direitos humanos é realizado pela Conectas desde sua fundação, em 2001 e já contou com a participação de mais de 600 pessoas. Em 2008, o evento ainda foi completado pelo II Encontro Estratégico sobre a Participação da Sociedade Civil no Conselho de Direitos Humanos da ONU, que buscou capacitar os participantes do Colóquio para a interação com os mecanismos internacionais formais de proteção aos direitos humanos. Há mais informações sobre o Colóquio na página seguinte.

Ainda na área de educação, a Conectas coordena, em parceria com outras ONGs, o **Programa de Direitos Humanos para a África Lusófona**. Em 2008, esse projeto ampliou seu alcance e trouxe, além de ativistas de Moçambique e Angola, um participante de Guiné-Bissau. Para 2009, estão sendo recebidos também ativistas de Cabo Verde. Leia mais na pág. 25.

Já na área de incentivo à pesquisa e produção de conhecimento pelo Sul Global, a Conectas produz desde 2004 uma publicação acadêmica semestral pioneira na área

de direitos humanos: a **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**. Em 2008, dois números da Revista foram produzidos, em parceria com outras instituições, e distribuídos gratuitamente em mais de 100 países. Mais detalhes na pág. 28.

A Conectas concluiu em 2008 um importante projeto de pesquisa, baseado em análise comparativa entre África do Sul, Brasil e Índia. O projeto, intitulado **Justiciabilidade dos Direitos Humanos - uma análise comparativa: África do Sul, Brasil e Índia** comparou um grupo de casos paradigmáticos de direitos humanos analisados pelas cortes constitucionais dos três países. Uma publicação compilando esses resultados deve ser lançada ainda em 2009. Mais informações na pág. 31.

O Programa conta ainda com o projeto **Política Externa e Direitos Humanos**, cujas atividades, em âmbito nacional, regional ou internacional, buscam pressionar pela prevalência dos direitos humanos nas decisões relacionadas à política externa, especialmente em países do Sul Global. Em 2008, o desenvolvimento de atividades como a participação no Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, a expansão e consolidação de suas campanhas trans-regionais e o engajamento no processo de Revisão Periódica Universal, promovido pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, ajudaram a transformar a Conectas em uma referência em termos da participação da sociedade civil organizada em relações internacionais. Leia o relato mais completo na pág. 32.

EDUCAÇÃO: COMPARTILHANDO CONHECIMENTO NO SUL

O VIII Colóquio contou com o apoio da Embaixada da Alemanha, da Fundação Ford, do Open Society Institute e do Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF) e a colaboração da Escola de Direito de São Paulo (FGV-SP), do Consulado Geral do Canadá no Brasil, da Ashoka e da OSISA

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O **Colóquio Internacional de Direitos Humanos** reúne ativistas e acadêmicos de países da África, Ásia e América Latina em São Paulo para uma semana de capacitação, troca de informações e promoção de ações conjuntas em direitos humanos. Seu objetivo é criar a oportunidade para que esses participantes discutam questões atuais do campo dos direitos humanos, desenvolvam relações com organizações parceiras de todo o mundo e compartilhem conhecimentos com base na experiência de cada um.

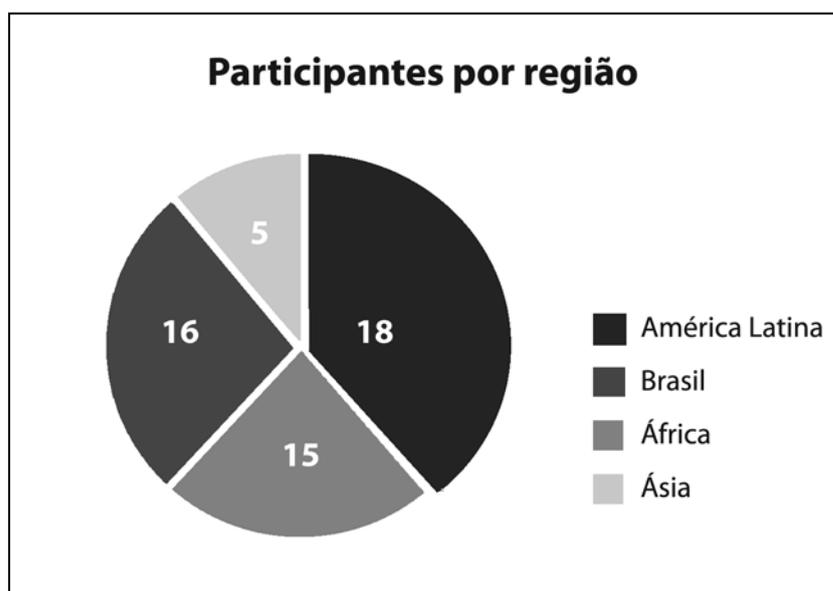
VIII Colóquio

O **VIII Colóquio Internacional de Direitos Humanos**, realizado de 08 a 15 de novembro em São Paulo, Brasil, teve como tema central os **60 Anos da Declaração Universal de Direitos Humanos: Desafios para o Sul Global**. O encontro reuniu cerca de **80 pessoas**, entre participantes, observadores e palestrantes, de 35 países.

Das **350 inscrições recebidas**, foram escolhidos 54 participantes – 29 mulheres e 25 homens. O gráfico abaixo mostra a região de origem dos selecionados.

A oitava edição do Colóquio, programada e realizada com base nas sugestões e opiniões expressas pelos ex-participantes em questionários de avaliação, trouxe diversas inovações para as palestras da manhã (confira a programação das palestras no quadro da página ao lado).

A escolha dos palestrantes e sua disposição para o debate foram bastante elogiadas pelos participantes. Além disso, a mensagem em vídeo enviada pela **Alta Comissária de Direitos Humanos, Navanethem Pillay**, a discussão



sobre justiça transicional com o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Brasil, **Paulo Vannucchi**, e a participação do Professor **Henry Steiner**, da Universidade de Harvard, foram alguns dos destaques do evento.



Prof. Henry Steiner
conversa com os participantes

Durante as tardes, foram desenvolvidas atividades de aprendizado mútuo, para facilitar a troca direta de conhecimento entre os participantes.

Essas atividades incluíram:

✓ **Grupo de Trabalho sobre Litigância e sobre Mecanismos de Direitos Humanos da ONU:** os participantes foram divididos nesses dois grupos, para trocar informações e elaborar propostas de trabalho conjunto para o futuro;



VIII CÓLOQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

São Paulo, de 08 a 15 de novembro
Palestras da manhã

Abertura: Os 60 Anos da Declaração Universal de Direitos Humanos

Mensagem da Alta Comissária para os Direitos Humanos [vídeo]

Paulo Vannuchi, SEDH, Brasil

Paulo Sérgio Pinheiro, NEV-USP, Brasil

Roxana Vasquez, CLADEM, Peru

Oscar Vilhena Vieira, Conectas Direitos Humanos, Brasil

Questões atuais em Direitos Humanos

✓ *Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*

Anna MacQuarrie, Canadian Association for Community Living, Canadá

✓ *Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas*

Joenia Wapichana, CIR, Brasil

✓ *Direitos Sexuais e Reprodutivos*

Flávia Piovesan, PUC - SP, Brasil

O Conselho de Direitos Humanos da ONU

✓ *ONGs e o mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU)*

Iniyan Ilango, Commonwealth Human Rights Initiative, Índia

✓ *O Papel das Instituições Nacionais de Direitos Humanos*
Judith Cohen, South African Human Rights Commission, África do Sul

✓ *Empresas e Direitos Humanos: avaliação dos impactos de projetos de investimento estrangeiro em Direitos Humanos*

Caroline Brodeur, Rights & Democracy, Canada

Litigância em Direitos Humanos

✓ *Experiências no Sistema Africano de Direitos Humanos*

Emmanuel Nwaghadoh, CERAC, Nigeria

✓ *Litigância Estratégica*

Gastón Chillier, CELS, Argentina

✓ *Estratégias de Cooperação Regional*

Eloísa Machado, Conectas Direitos Humanos, Brasil

Novas ferramentas na luta pelos Direitos Humanos

✓ *Vídeo Advocacy*

Tamaryn Nelson, Witness, EUA

✓ *Cultura e Direitos Humanos*

Todd Lester, freeDimensional, EUA

✓ *Colaboração sul-sul*

Juana Kweitel, Conectas Direitos Humanos, Brasil

Simulação de uma sessão do CDH, feita
no Grupo de Trabalho sobre ONU

✓ **O Fórum Aberto (Open Space Forum):** em uma das tardes, os participantes puderam escolher livremente que temas gostariam de debater, coordenaram os debates e organizaram as conclusões de cada grupo;



Grupo em visita ao CEDECA Interlagos

✓ **Visita a ONGs locais:** na tarde do dia 13 de novembro, os participantes foram divididos em quatro grupos para visitar algumas ONGs de São Paulo - Ação Educativa, Católicas pelo Direito de Decidir, o Centro de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) de Interlagos e um acampamento do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Como nos anos anteriores, os próprios participantes tiveram a chance de avaliar o Colóquio ainda durante sua realização, por meio da aplicação de questionários. Em uma escala de notas de 1 a 5, a edição desse ano atingiu 4,74 em termos de realização dos objetivos propostos (quase a mesma média de 2007, que foi 4,73).

No fim de semana que antecedeu o Colóquio, a Conectas também realizou o **II Encontro Estratégico de ONGs sobre a participação no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU**, com o objetivo de capacitar os representantes das ONGs para trabalhar conjuntamente no âmbito da ONU, especialmente por meio da Revisão Periódica Universal (RPU). A maioria dos participantes desse encontro também participou da oitava edição do Colóquio. Confira na parte do programa de Política Externa e Direitos Humanos (pág. 33) uma descrição mais detalhada desse encontro.

Desafios e Projetos para 2009

Depois de oito anos de Colóquio, alguns desafios importantes já foram vencidos. Mas outros ainda persistem e novos surgiram, o que levou a uma reflexão mais profunda sobre a própria estrutura do encontro.

Sobre o programa de atividades, por exemplo, um de nossos principais objetivos é aplicar uma metodologia que possibilite uma **troca de conhecimentos cada vez mais horizontal** entre os participantes e entre os participantes e os palestrantes. Mas a diversidade lingüística do encontro tem

sido um obstáculo importante para pensar novas metodologias e formatos de debate.

Desenvolver maneiras melhores de **estabelecer uma conexão entre os participantes de anos diferentes** do Colóquio é outro grande desafio. Nesse caso, por exemplo, iniciativas como oferecer a oportunidade de que ex-participantes retornem ao Colóquio como observadores ou palestrantes têm se mostrado bastante eficazes.



Cena do vídeo enviado por Navi Pillay, Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU

Mas o maior deles é, sem dúvida, **estimular os ativistas para que continuem a desenvolver trabalhos conjuntos depois do Colóquio**. Uma importante ferramenta foi desenvolvida em 2007. Trata-se de um boletim quinzenal que divulga as notícias que os ex-participantes publicam no portal Conectasur (www.conectasur.org). Em avaliação posterior, 86% dos ex-participantes disseram que o instrumento era muito útil (os demais 14% disseram que a utilização de outras ferramentas como reuniões e visitas também seriam necessárias para continuar o trabalho conjunto depois do Colóquio).

Para 2009, além da manutenção do boletim, cada um dos Grupos de Trabalho do encontro elaborou planos concretos e específicos de ações coletivas e troca contínua de informações.

Justamente para superar essas dificuldades, o encontro está sendo repensado para 2009. A próxima edição do Colóquio focará exatamente a **criação de pontes entre as diferentes gerações** que participaram do Colóquio, e promoverá também uma **avaliação participativa do impacto destes oito anos** no fortalecimento da sociedade civil do Sul Global.

Assim, alguns aspectos do formato do Colóquio ainda estão sendo analisados. Mas o objetivo final dessa reestruturação será não apenas ampliar ainda mais o alcance e a influência que essa semana de capacitação e aprendizado mútuo tem na vida dos ativistas que participam do encontro, mas também fortalecer a sociedade civil dos países de origem destes mesmos ativistas.



Acima, participantes durante atividades de interação feitas no primeiro dia

ENTREVISTA

Juana Kweitel, coordenadora do Programa Sul Global e uma das organizadoras do Colóquio, fala sobre as expectativas com relação ao próximo encontro.

Qual o tema do próximo Colóquio?

O tema do IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos será “Uma Avaliação do Sistema Global de Direitos Humanos sob a Perspectiva do Hemisfério Sul”. A proposta é analisar os principais desafios para a efetiva implementação dos direitos humanos nos países do Hemisfério Sul, partindo de uma avaliação formulada pelos próprios ativistas, que analisarão os resultados do trabalho dos principais órgãos das Nações Unidas na área de direitos humanos. Durante o Colóquio, os participantes formularão juntos propostas para reformas destes órgãos e discutirão também estratégias de ação conjunta para os próximos anos.

Haverá alguma mudança importante em 2009?

Diferente das anteriores, a próxima edição será focada nos antigos alunos do Colóquio. Assim, o nono Colóquio será um momento essencial para a cria-



Juana Kweitel, coordenadora do Programa Sul Global

ção de um grupo de mobilização, com o objetivo de fortalecer o trabalho colaborativo entre os participantes de todas as edições do evento. Esse grupo também será responsável por avaliar de forma participativa os resultados dos Colóquios anteriores.

E como serão os Colóquios seguintes?

Definiremos junto com os participantes do IX Colóquio os principais aspectos das edições de 2010 e 2011. Queremos discutir algumas questões importantes, como o número de participantes e a duração ideais e se o evento deve ter um foco temático ou procedimental para cada ano, entre outros.

O Programa de Direitos Humanos conta com o apoio do Open Society Institute, da Open Society Justice Initiative (OSJI), da Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA) e da Open Society Initiative for Western Africa (OSIWA)

PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS PARA A ÁFRICA LUSÓFONA

Desde 2004, a Conectas desenvolve um programa de intercâmbio, em parceria com a Open Society Justice Initiative (OSJI), Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA), Open Society Initiative for Western Africa (OSIWA) e um grupo de ONGs africanas. Esse programa – o Programa de Direitos Humanos para a África Lusófona – tem por objetivo fortalecer a sociedade civil organizada nos países da África que falam português por meio da capacitação dos ativistas de direitos humanos desses países.

De 2004 a 2007, ativistas de direitos humanos, quase todos de Angola e Moçambique, foram selecionados e receberam apoio financeiro para passar oito meses no Brasil, cursando aulas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e fazendo estágios em ONGs locais. No retorno a seus países de origem, os participantes ainda tem mais um ano de suporte do Programa para desenvolver o projeto social que apresentaram quando de sua inscrição.

Edição de 2008

Na edição de 2008, com o apoio da OSIWA, foi possível ampliar o alcance do Programa com a mesma proposta dos anos anteriores. Assim, além de **dois intercambistas de Moçambique e de dois de Angola, um participante de Guiné-Bissau** também foi selecionado. Veja na página seguinte um mini-currículo de cada um dos participantes.

Vale destacar a **fase de estágios** dessa edição do Programa – os participantes tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos em direitos humanos para além da vivência acadêmica, o que

certamente enriqueceu o aprendizado. Por exemplo, Anastácio Elias, de Moçambique, estagiou na justiça estadual do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde teve a oportunidade de aprender na prática sobre os preceitos da Justiça Restaurativa, que pretende agora aplicar em sua terra natal.

E, para 2009, o programa abrange uma área ainda maior: as inscrições foram abertas também para **ativistas de direitos humanos de Cabo Verde**.



O grupo de intercambistas e o voluntário Alexandre Nápoli na PUC-SP

INTERCAMBISTAS 2008



Kitoko Mavolo é presidente fundador da ONG Kitomavo Comunidades e ativista social. O principal objetivo de sua organização é apoiar e dar assistência na proteção e promoção dos direitos humanos. Durante sua estadia no Brasil, estagiou no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Interlagos. No retorno a Luanda, no município de Kilamba Kiaxi, está desenvolvendo um projeto de capacitação em direitos humanos para a cidadania.



Florita Telo trabalha na organização Centro Cultural Mosaiko em Luanda e atua na capacitação jurídica de mulheres sobre seus direitos. É graduanda em Direito na Universidade Agostinho Neto. No Brasil, estagiou na Defensoria Pública do Estado de São Paulo e no Escritório Modelo da PUC-SP. De volta a Luanda, pretende continuar trabalhando com a capacitação de mulheres sobre os seus direitos. Florita também está trabalhando na implementação de um projeto de acompanhamento da política externa em direitos humanos de Angola, monitorando em particular sua atuação no Conselho de Direitos Humanos da ONU.



Maria de Lurdes trabalha no Centro de Prática Jurídica da Faculdade de Direito Eduardo Mondlane. Ela é graduanda em Direito na mesma Universidade, trabalha com assistência jurídica à população carente e atua contra violência e discriminação contra mulheres. Em seu estágio no Brasil, conheceu o trabalho da Delegacia de Proteção a Mulher/Casa Eliane de Grammont e do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Retornando a Moçambique, pretende atuar em um projeto de Assistência Jurídica a crianças e na área de violência e discriminação contra a mulher.



Anastácio Elias é graduado em Ciências Jurídicas pelo Instituto Superior Politécnico e Universitário e atua na organização Solidariedade a Apoio ao Desenvolvimento da Zambézia, na província de Quelimane. Com a experiência acadêmica e prática que obteve no Brasil, em estágios nas justiças estaduais de São Paulo e do Rio Grande do Sul, em São Caetano e Porto Alegre, pretende educar a população da Zambézia e tentar reduzir algumas práticas criminais baseado no código legal de Moçambique, além de trabalhar com a implementação da Justiça Restaurativa no país.



Augusto Mário é advogado formado pela Faculdade de Direito de Bissau e trabalha na Liga Guineense dos Direitos Humanos e Agência Noticiosa de Guiné. Ele atua na defesa e promoção dos direitos humanos. No Brasil, estagiou junto ao Viva Rio e ao Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Ao retornar a Bissau, pretende desenvolver seu projeto focado no debate da sexualidade e dos direitos humanos, junto a instituições democráticas, mais especificamente sobre o desencorajamento da prática da mutilação genital feminina em Guiné-Bissau.

Desafios e Projetos para 2009

O maior desafio desse projeto é fazer com que os vinte e cinco ex-participantes do Programa mantenham contato e desenvolvam mais trabalhos em conjunto, **consolidando uma rede de proteção aos direitos humanos na África lusófona**. Para tanto, a Conectas se propõe a **acompanhar mais diretamente a execução dos projetos dos intercambistas depois de seu retorno ao continente africano**, fornecendo contatos e apoio institucional para os mesmos.

Além disso, os intercambistas de cada ano participam do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, e desse modo são integrados à nossa rede de ativistas – **a DiálogoDH** – que hoje já conta com mais de 600 ativistas e acadêmicos de 53 países de todo o Sul Global.

ENTREVISTA

Florita Telo, uma das participantes da edição 2008 do Programa, conta em suas próprias palavras sobre a importância da experiência e quais as maiores lembranças que levou consigo em seu retorno à Luana no final do ano.

Qual foi a importância que sua participação no Programa teve em sua carreira ou em sua militância?

Proporcionou a possibilidade de troca de experiências, de contato com realidades muitas vezes distintas daquelas que estamos habituados a lidar e, principalmente, uma forma diferenciada de ver e conceber as realidades no que se refere a direitos humanos.

Quais suas principais lembranças do período no Brasil?

Primeiramente, as aulas na PUC-SP e, em seguida, o estágio da Defensoria Pública de São Paulo e o contato com a comunidade de uma favela chamada Boqueirão, na zona sul de São Paulo.

Como era o projeto que você apresentou quando da sua seleção? E como está sendo a sua execução?

Meu projeto era sobre educação em direitos humanos, com a formação de núcleos comunitários em três províncias de Angola. A execução está a ser muito boa, apesar de alguns constrangimentos que não dependem diretamente de mim nem da minha organização. Mas, até agora, está tudo a correr muito bem.

Por que você recomendaria a outras pessoas que também participem do programa?

Principalmente pelas realidades diferentes, as diferenças entre aquilo que vemos em nossos países e o que é o Brasil. Além disso, pela troca de experiências e constante aprendizado no que se refere a direitos humanos mediante a participação permanente em seminários e colóquios sobre o tema.



Florita Telo, participante da edição de 2008 do Programa

PESQUISA: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SUL

SUR – REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A única publicação multilíngüe do gênero, a Revista Sur é publicada semestralmente em português, inglês e espanhol e seu objetivo central é promover um debate crítico sobre os desafios enfrentados pelos países do Sul Global na promoção dos direitos humanos. A Revista combina artigos teóricos com outros que abordam os aspectos práticos do trabalho com direitos humanos. Tem uma tiragem de 2.700 exemplares e é distribuída gratuitamente em mais de 100 países. Sua versão eletrônica também está disponível na íntegra na Internet em www.revistasur.org. A Revista tem um Conselho Editorial independente, composto por membros da Rede Sur.

A Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos conta com o apoio da Fundação Ford e da Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF)

Publicações

Dois edições da Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos foram produzidas em 2008 (veja lista de artigos nas boxes ao lado): em julho, a edição número oito, com o tema **Propriedade Intelectual e Acesso a Medicamentos**, foi publicada em parceria com a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS); em dezembro foi editada a nona edição, feita em parceria com o International Service for Human Rights (ISHR), sobre o **60º Aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos**.

Para a **oitava edição**, foram recebidos artigos de autores de diversas regiões, dentre os quais acadêmicos prestigiados e especialistas. A seleção final refletiu os diversos aspectos do debate, inclusive a **discussão sobre políticas públicas de acesso a medicamentos, o papel da sociedade civil e até do Poder Judiciário**.

Para o **número nove**, além de **artigos sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos**, foram selecionados artigos sobre **temas gerais de direitos humanos**, e a equipe da Revista **entrevistou Anthony Romero**, Diretor da American Civil Liberties Union (ACLU) sobre sua visão do movimento de direitos humanos.

REVISTA SUR – N.8 LISTA DE ARTIGOS



Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul
Martín Abregú

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências
Amita Dhanda

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais - uma análise comparativa com os direitos reprodutivos
Laura Davis Mattar

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano
James L. Cavallaro e Stephanie Erin Brewer

DIREITO A SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS
Acesso a medicamentos como um direito humano
Paul Hunt e Rajat Khosla

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre
Thomas Pogge

Acesso a tratamento para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile
Jorge Contesse e Domingo Lovera Parmo

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil
Gabriela Costa Chaves, Marcela Fogaça Vieira e Renata Reis

Certificação e reconhecimento internacional



REVISTA SUR – N.9 LISTA DE ARTIGOS

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

Barbora Bukovská

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

Jeremy Sarkin

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

Rebecca Saunders

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS
Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

Paulo Sérgio Pinheiro

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

Fernanda Doz Costa

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

Eitan Felner

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

Katherine Short

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da American Civil Liberties Union (ACLU)

Além das atividades ligadas à sua publicação, a Sur ainda obteve em 2008 uma série de certificações acadêmicas internacionais de grande importância. Essas certificações confirmam a qualidade acadêmica da Revista Sur e contribuem para aumentar o interesse dos autores de diversas partes do mundo em contribuir com a publicação.

Assim, em 2008, a Sur conseguiu a **certificação do IBSS** – International Bibliography of the Social Sciences, da London School of Economics and Political Science (<http://www.lse.ac.uk/collecoes/IBSS>).

Além disso, depois de um longo processo, a Sur foi incorporada ao **Scientific Electronic Library Online (SCIELO)**, www.scielo.br, o que aumenta significativamente o acesso à Revista por acadêmicos no Brasil, pois este é um dos principais meios de pesquisa científica no país.

No decorrer do ano, a Partners in Development, no Egito, demonstrou interesse em produzir uma **edição em árabe da Revista**. Essa organização, fundada por um membro do Conselho Editorial da Sur, Mustapha Al Sayed, planeja produzir uma edição anual em árabe, com a tradução de artigos previamente publicados na Revista e alguns artigos originais produzidos por autores regionais. O lançamento está previsto ainda para 2009.

E, também para 2009, há a previsão de **uma edição em chinês da Revista**. Wanhong Zhang, um dos participantes do VIII Colóquio, é Professor de Jurisprudência na Wuhan University Law School e é Diretor do Wuhan University Public Interest and Development Law Institute, na China. Depois de negociações realizadas durante o Colóquio, o professor já organizou uma equipe editorial e propôs que a edição chinesa siga os mesmos moldes da árabe, com uma tiragem inicial de mil cópias. A previsão de lançamento é para final de 2009.

SELEÇÃO DE ARTIGOS

Os artigos escolhidos para cada edição da Revista passam por um processo criterioso de seleção. Depois de uma primeira revisão dos editores, os artigos são avaliados às cegas por dois membros do Conselho Editorial ou por dois especialistas convidados a emitir pareceres (*peer and blind review*).

Desafios e Projetos para 2009

Nos primeiros anos, os esforços dos editores foram no sentido de **garantir a qualidade editorial e a diversidades de autores**, principalmente do Sul Global. A avaliação externa realizada em 2007 comprovou que esses objetivos estão sendo atingidos, ao apontar que **66% dos leitores consideram a revista excelente e 34% a consideram boa**.

Com base nesse reconhecimento, o foco para 2008 foi outro: a **distribuição**. Esse objetivo final levou à **busca pela certificação internacional e pela inclusão da Revista em bancos de dados acadêmicos e comerciais**, além de outras ferramentas de busca.

Além disso, foram feitos contatos com diversas publicações similares, em busca de novas parcerias. Com isso, a **Sur foi indexada por muitas bibliotecas de prestígio**, como a Biblioteca Britânica e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Esse esforço de divulgação se refletiu nos resultados. **O call for papers para a décima edição** da Revista, que será publicada em julho de 2009 em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), sobre o tema Direitos Humanos das Pessoas em Movimento, **recebeu mais de 80 artigos**.

Mas os desafios continuam. A Sur hoje conta com bastante reconhecimento internacional e os esforços de divulgação empreendidos **aumentaram muito o número de assinantes** (no fechamento deste relatório, a Revista contava com 1970 assinantes, de 101 países) **e os custos de distribuição**.

Por isso, os esforços agora se concentram em duas atividades: **a busca de parceiros**, que possam dividir os custos de produção e distribuição, e assim facilitar o atendimento a essa demanda crescente; e **investir no aprimoramento da versão online da Revista**, que torna seu conteúdo disponível para qualquer pessoa que tenha acesso à Internet e visite o site **www.revistasur.org**.

CONSELHO EDITORIAL - REVISTA SUR

- ✓ Christof Heyns, Universidade de Pretória, África do Sul
- ✓ Emílio García Méndez, Universidade de Buenos Aires, Argentina
- ✓ Fifi Benaboud, Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia, Portugal
- ✓ Fiona MacAulay, Universidade de Bradford, Reino Unido
- ✓ Flavia Piovesan, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- ✓ J. Paul Martin, Universidade de Columbia, Estados Unidos
- ✓ Kwame Karikari, Universidade de Gana, Gana
- ✓ Mustapha Kamel Al-Sayyed, Universidade do Cairo, Egito
- ✓ Richard Pierre Claude, Universidade de Maryland, Estados Unidos
- ✓ Roberto Garretón, ex-funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Chile
- ✓ Upendra Baxi, Universidade de Warwick, Reino Unido

O IBSA Cortes conta com o apoio da Fundação Ford

PESQUISA: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SUL

IBSA CORTES – JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

TEMAS

- ✓ Ativismo Constitucional
- ✓ Dignidade humana;
- ✓ Cidadania;
- ✓ Direito ao Reconhecimento: Gênero, Minorias Sexuais e Religião;
- ✓ Direito à Redistribuição: Ações afirmativas, Subsistência, Saúde,
- ✓ Terra e Povos Indígenas;
- ✓ Direitos Humanos além do Estado;
- ✓ Garantias do Sistema Internacional de Direitos Humanos;
- ✓ Movimentos Sociais e Cortes Constitucionais;
- ✓ Perspectiva Judicial.

PESQUISADORES

BRASIL: Conrado Hubner, Flavia Scabin, Juana Kweitel, Octavio Ferraz, Oscar Vilhena Vieira, Thiago Acca e Thiago Amparo;

INDIA: Amita Dhanda, Ghanshyam Singh, Ranbir Singh, Shylashri Shankar, Sudhir Krishnaswamy e Upendra Baxi;

ÁFRICA DO SUL: Danie Brand, David Bilchitz, Frans Viljoen, Henk Botha, Jaco Barnard, Mmatsi Mooki, Owen Mhango, Pierre de Vos, Sammy Adelman, Theunis Roux, Tshepo Madlingozi, Vinodh Jaichand, Wessel Le Roux e Zac Yacoob.

O projeto “**Justiciabilidade dos Direitos Humanos - uma análise comparativa: África do Sul, Brasil e Índia**”, também chamado de **IBSA Cortes**, baseia-se nas similaridades entre a situação desses países, principalmente na área de direitos humanos. O objetivo desse estudo é **debater o papel das cortes constitucionais de África do Sul, Brasil e Índia** na proteção dos direitos humanos e ainda analisar a atuação e as principais estratégias da sociedade civil quanto à proposição de casos junto a esses tribunais.

A equipe de pesquisa é composta por pesquisadores e acadêmicos dos três países, coordenados por três renomados professores: na África do Sul, o Prof. Frans Viljoen; no Brasil, o Prof. Oscar Vilhena Vieira; e na Índia, o Prof. Upendra Baxi.

Ao final da pesquisa, o Projeto IBSA Cortes ainda produzirá uma **publicação**, que reunirá esse debate e a análise comparativa entre as decisões estratégicas e sentenças de cada um desses tribunais. Tal pesquisa representa um esforço único por produzir uma análise comparativa, na qual as equipes de pesquisadores dos três países trabalham de forma integrada sobre cada um dos temas, em vez de manter a divisão geográfica comum em pesquisas deste tipo.

Conclusão do projeto

A primeira parte desse estudo, desenvolvida durante todo o ano de 2007, foi dedicada à produção de artigos acadêmicos e à escolha e análise da jurisprudência desses tribunais, para identificar os casos paradigmáticos relacionados a alguns dos temas de direitos humanos.

Já em 2008, depois da seleção, a equipe do projeto no Brasil **compilou e traduziu os casos**, na medida em que o inglês foi escolhido como língua oficial da publicação. Foram selecionados 10 casos brasileiros, 14 indianos e 13 sul-africanos (veja a íntegra dos casos em <http://www.conectas.org/IBSA/ibsa.htm>).

Ainda em abril de 2008, a equipe **se reuniu pela segunda vez, em Nova Delhi**, na Índia, para discutir as bases metodológicas da pesquisa e definir os parâmetros de comparação do estudo.

Em dezembro, foi realizada **nova reunião da equipe, agora em Pretoria**, na África do Sul, para apresentação da primeira versão dos estudos finais. Assim, a reunião foi um amplo foro de debates sobre o conteúdo da pesquisa e sobre a produção do livro, cujo lançamento está previsto para 2009.

Parte da equipe de pesquisadores em encontro em Pretoria



ADVOCACY: DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO SUL

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

Promover a prevalência dos direitos humanos nas políticas externas de países do Sul Global, por meio da participação cidadã e controle democrático dessas políticas. Esse é o objetivo do projeto **Política Externa e Direitos Humanos**, desenvolvido pela Conectas desde 2005.

Com esse propósito, o projeto busca:

- ✓ incentivar a participação das ONGs da África, Ásia e América Latina na elaboração, execução e monitoramento da política externa de seus países com impacto nos direitos humanos;
- ✓ promover iniciativas e campanhas trans-regionais, especialmente em países onde a sociedade civil é ameaçada ou impossibilitada de agir; e
- ✓ fortalecer a participação e ação conjunta dessas organizações junto aos sistemas regionais e internacional de direitos humanos, com ênfase no Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH).

Vozes do Sul no Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH)

Participação na Revisão Periódica Universal

Em 2008, 48 Estados foram submetidos à primeira rodada do novo mecanismo de **Revisão Periódica Universal (RPU)** do CDH. A RPU determina que todos os Estados-membros da ONU passarão, a cada quatro anos, por uma revisão que visa avaliar o cumprimento das obrigações e compromissos internacionais assumidos em matéria de direitos humanos.

O Brasil esteve entre os primeiros países avaliados e Conectas participou ativamente de todo o processo de revisão (*veja as atividades desenvolvidas no box ao lado*).

Além de participar do processo brasileiro, Conectas compartilhou informações e deu suporte a ONGs de outros países do Sul Global que passaram pela RPU

durante todo o ano, especialmente da **Índia, Filipinas, Argentina, Guatemala, Peru e Colômbia**. Às vésperas do VIII Colóquio Internacional de Direitos Humanos, foi realizado o **II Encontro Estratégico sobre a Participação da Sociedade Civil no Conselho de Direitos Humanos da ONU**, com a presença de representantes de ONGs, instituições nacionais de direitos humanos e universidades de 12 países. Os objetivos do encontro, feito em parceria com o International Service for Human Rights (ISHR), foram promover a troca de experiências e capacitar organizações da sociedade civil para trabalharem com a RPU e definir ações conjuntas e estratégias para trabalhar com o CDH da ONU.

Com base nos debates ocorridos durante o encontro, foi elabo-

O Projeto Política Externa e Direitos Humanos conta com o apoio da Fundação Ford, Fundação Oak e do Open Society Institute e a colaboração da Fundação Friedrich Ebert (FES) e do Democracy Coalition Project (DCP)

O BRASIL NA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL (RPU) DA ONU: PARTICIPAÇÃO DA CONECTAS

Em 2008, Conectas engajou-se na passagem do Brasil pela RPU por meio de:

- ✓ Incentivo e participação no processo de consulta nacional para a elaboração do relatório oficial do Estado Brasileiro, incluindo audiência realizada no Senado Federal;
- ✓ Envio de informações ao Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, com ênfase em tortura, execuções sumárias e acesso à justiça no Brasil;
- ✓ Ação junto a delegações em Genebra com o objetivo de influenciar nas perguntas e recomendações a serem feitas ao Brasil;
- ✓ Participação, em Genebra, na sessão em que o Brasil apresentou seu relatório e pronunciamento oral durante a sessão de adoção das 15 recomendações endereçadas ao país;
- ✓ Tradução e disseminação dessas recomendações, a serem implementadas pelo Brasil nos próximos quatro anos.

Conectas acredita que a RPU deve ser um processo permanente em nível nacional e, assim, pretende trabalhar entre 2009 e 2012 no monitoramento das recomendações a serem implementadas pelo Brasil.



“Da República Dominicana, envio meu agradecimento pela oportunidade de aprender sobre o mecanismo de Revisão Periódica Universal e assim servir como multiplicador de conhecimentos em meu país, e também pela ferramenta

Passo-a-Passo”

(Christian Manuel Jiménez - Fundación Comunidad Esperanza y Justicia Internacional – Rep. Dominicana)



“Minha presença, tanto no Colóquio Internacional de Direitos Humanos como no Encontro Estratégico, ampliou horizontes, meus e da minha organização. Desde que eu deixei o Brasil venho trabalhado em uma iniciativa que

ajuda as organizações da sociedade civil do sul da África a trabalhar com o Conselho de Direitos Humanos da ONU e a Revisão Periódica Universal (RPU)”

(Mary Mutupa, AWOMI – Zâmbia)

rado o **“Passo-a-Passo para a Participação da Sociedade Civil na RPU”**

– documento que tem por objetivo auxiliar a sociedade civil a engajar-se nesse processo.

Sessões do CDH e interação com os Mecanismos Especiais

Além de sua atuação junto à RPU, Conectas esteve presente nas **7ª e 8ª sessões regulares do CDH em Genebra**. Por meio de seu status consultivo junto ao ECOSOC, Conectas mobilizou esforços durante as sessões para influenciar: na renovação de mandatos de relatores especiais; no tratamento pelo CDH da situação dos direitos humanos em países específicos, especialmente em Burma (Mianmar), Zimbábue e Sudão; e na garantia e definição de modalidades para participação das ONGs nos trabalhos do Conselho.

Vale ressaltar que, desde 2006, Conectas é parte da HRCNet - rede de organizações regionais e internacionais que trabalham junto ao CDH.

Em 2008, Conectas também promoveu ações relacionadas aos

Estimulados pelo encontro no Brasil, participantes de Angola, China, Rep. Dominicana, Zâmbia e Quênia realizaram ou realizarão atividades relacionadas à RPU em seus países em 2009.

mecanismos especiais da ONU, como:

- ✓ Disseminação na mídia e para organizações da sociedade civil das recomendações feitas ao Brasil pelo Relator para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, **Philip Alston**; e
- ✓ Campanha para escolha de relatores especiais temáticos com indicações de nomes para as relatorias de direito dos indígenas, dívida externa e direitos humanos, detenções arbitrarias, direito à saúde (em parceria com ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS) e desaparições forçadas. Para os dois últimos, foram escolhidos os candidatos sugeridos e apoiados pela Conectas – **Anand Grover** e **Jeremy Sarkin**.

Por fim, Conectas está elaborando a **edição 2008 do Anuário “Direitos Humanos: o Brasil na ONU”** – publicação que compila e analisa os votos brasileiros nas instâncias de direitos humanos da ONU.

Cooperação trans-regional

“Amigos do Zimbábue”

Desde junho de 2007, Conectas tem facilitado a campanha **“Amigos do Zimbábue”** (*Friends of Zimbabwe*) composta por sete ONGs da América Latina e desenvolvida em parceria com o Zimbabwe Lawyers for Human Rights (ZLHR).

Em 2008, a campanha centrou esforços nas eleições presidenciais que ocorreram no país africano. Antes das eleições, foram enviadas cartas a alguns governos latino-americanos pedindo que zelassem pela transparência do

processo eleitoral. No caso do Brasil, foi estimulado, com sucesso, o envio de uma missão de observadores oficiais.

Durante o primeiro turno, em março, Conectas apoiou a realização de uma **missão de jornalistas brasileiros para acompanhar o processo eleitoral no país**. E durante o VIII Colóquio Interna-

“Amigos da Birmânia”

Uma nova iniciativa começou a dar seus primeiros passos também em 2008: a campanha “Amigos da Birmânia” (*Friends of Burma*), oficialmente chamada de Mianmar. Em março, um representante da IBMO – International Burmese Monks Association, fazendo uso do status consultivo da Conectas junto à ONU, realizou um pronunciamento durante a 7ª Sessão do CDH, em Genebra.

Em agosto, Conectas organizou a vinda de uma **missão de monges birmaneses ao Brasil**, integrantes da IBMO, com apoio do Burma Project (OSI). Os objetivos da missão foram pressionar o governo brasileiro a reafirmar seu comprometimento e empreender esforços na ONU para a proteção dos direitos humanos e fim da crise

Mecanismos inovadores de participação

Em muitos países do Sul Global, a política externa é atribuição do Poder Executivo, com pouca participação da sociedade civil e dos Poderes Legislativo e Judiciário. A falta de transparência e *accountability* dessa política são prejudiciais à prevalência dos direitos humanos e exigem a criação de mecanismos inovadores de participação.

cional de Direitos Humanos, foi aprovado um **abaixo-assinado pedindo o restabelecimento do Estado de Direito no Zimbábue**. O documento foi enviado ao governo do Zimbábue, à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), à União Africana e aos integrantes do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

política em Burma e sensibilizar e mobilizar a sociedade brasileira para situação dos direitos humanos e repressão política no país. Para atingir tais objetivos, foram realizadas reuniões com autoridades governamentais, parlamentares, intelectuais, movimentos sociais e sindicais, entidades religiosas e veículos de comunicação.

Foi, ainda, realizado um seminário com a presença de Paulo Sergio Pinheiro, ex-Relator Especial da ONU para Mianmar, e uma exposição de fotos em local com circulação de 30mil pessoas por dia. Ao final da missão foi acordado um plano de ação preliminar, buscando dar continuidade à iniciativa.

Conectas é uma das organizações fundadoras do **Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa** (www.dhpoliticaexterna.org.br), coalizão criada em 2006 que reúne ONGs, comissões legislativas e entidades estatais com o intuito de fortalecer a participação na política externa brasileira em temas relacionados aos direitos humanos.



Manchetes dos principais jornais brasileiros à época das eleições presidenciais no Zimbábue - envio de jornalistas ao país ajudou a ampliar cobertura que mídia nacional deu ao tema



Missão de monges em visita ao Congresso Nacional, em Brasília

ENTREVISTA

A coordenadora de Relações Internacionais da Conectas, **Lucia Nader**, comenta a evolução do projeto de Política Externa e aponta seus destaques.

Quais as principais lições aprendidas desde a criação do Projeto de Política Externa e Direitos Humanos no final de 2005?

Percebemos que três elementos são fundamentais para promover a prevalência dos direitos humanos nas políticas externas de países do Sul Global. O primeiro é que esse trabalho começa em casa e deve se dar de forma permanente. Temos que desenvolver ações em nível nacional junto aos formuladores e executores das políticas externas de nossos países que tenham impacto nos direitos humanos. O segundo elemento fundamental é a construção de redes de cooperação horizontal, tanto com ONGs do Sul Global como com aquelas conhecidas historicamente como ONGs internacionais. Seja nas campanhas transregionais ou no trabalho relacionado à ONU, à OEA e ao Mercosul, essas redes devem ser baseadas em relações de confiança, igualdade e interesse mútuo. Só assim, e com muita persistência, elas dão frutos. Finalmente, é importante criar soluções inovadoras que sejam adequadas à nossa realidade e às de nossos parceiros e que nos permitam responder com agilidade às dificuldades e desafios do Sul Global.



Lucia Nader, coordenadora do Projeto Política Externa e Direitos Humanos

Em 2008, o Comitê desenvolveu atividades relacionadas ao posicionamento do Brasil em âmbitos de direitos humanos da ONU, da OEA e do Mercosul, como:

- ✓ Realização de **audiências públicas** na Câmara dos Deputados para debater as prioridades do Brasil nesses fóruns;
- ✓ Participação ativa no processo de consulta nacional para **passagem do Brasil pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal** do Conselho de Direitos Humanos da ONU;
- ✓ Envolvimento no processo de elaboração do relatório anual de direitos humanos do **Parlamento do Mercosul e na Cúpula Social do Mercosul**.
- ✓ Participação na **XI Conferência Nacional de Direitos Humanos** com o intuito de incluir a perspectiva internacional no III Programa Nacional de Direitos Humanos.

De 2006 a 2008, Conectas foi Secretaria Executiva do Comitê e hoje integra seu Conselho Gestor. A iniciativa tem o apoio da Friedrich Ebert Brasil.

Conectas acredita que iniciativas similares ao Comitê podem ser desenvolvidas em outros países do Sul Global. Nesse intuito, em 2008, foi realizada missão à África do Sul, para disseminação da experiência entre organizações da sociedade civil. Em 2009, em parceria a ONG Commonwealth Human Rights Initiative pretende-se fomentar a criação de coalizão similar na Índia.

Por fim, Conectas foi convidada pela Secretaria Geral da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil a integrar o **Conselho do Mercosul Social e Participativo**, que tem por objetivo "promover a interlocução entre o Governo Federal e as organizações da sociedade civil sobre as políticas públicas para o Mercosul" (decreto nº 6.594, 6/10/2008).

Desafios e Projetos para 2009

O projeto de Política Externa e Direitos Humanos busca ser inovador e desenvolve atividades para as quais não existem modelos prévios a serem replicados. Atualmente, seus principais desafios são: (1) Fortalecer a atuação em âmbitos regionais de direitos humanos, especialmente na OEA, Mercosul e União Africana, com iniciativas temáticas a serem tratadas nesses foros, tais como o direito à informação e direitos sexuais e reprodutivos;

(2) Sistematizar a experiência adquirida nesses quatro anos de atuação, para que possa ser disseminada e replicada por outras organizações, adaptando-a a cada país;

(3) Desenvolver formas de documentar e denunciar concessões feitas pelos países nos âmbitos de direitos humanos, em benefício de interesses comerciais e geopolíticos e

(4) A sustentabilidade do projeto, não apenas em relação a recursos, mas à ampliação e ao fortalecimento de parcerias com outras ONGs.

ÁREA INSTITUCIONAL

A autonomia das organizações da sociedade civil, necessária para suas principais atividades e metas, só pode se dar quando há uma gestão estratégica, que busque a sustentabilidade e integre recursos, serviços, pessoas e comunicação.

Desde a sua criação em 2001, a Conectas cresceu bastante, não apenas em termos dos projetos que desenvolve, mas também em termos de equipe, estrutura e orçamento. Para acompanhar essa expansão, foi criada a área institucional, cujo objetivo principal é fornecer o suporte necessário - técnico, administrativo e financeiro - para que os programas da Conectas possam ser desenvolvidos em sua plenitude, concentrando os esforços nas atividades propostas em si.

O aprimoramento dessa área, para além da captação de recursos e do monitoramento dos projetos, é fruto de um processo interno de reflexão, realizado ao longo dos anos e conduzido de forma participativa, envolvendo diretores e coordenadores, com o apoio, inclusive, de consultores externos. Nesse processo, merece destaque a ampliação e fortalecimento do Conselho Consultivo da organização, no sentido de aumentar sua participação na tomada das decisões institucionais da organização.

A área institucional da Conectas conta com o apoio do Open Society Institute

INSTITUCIONAL

ÁREA INSTITUCIONAL

A área institucional pode ser dividida em três frentes, cujas atividades estão profundamente interligadas: Captação de recursos, Comunicação e Planejamento, Avaliação e Administração.

Captação de recursos

A necessidade de buscar fontes alternativas de financiamento e a demanda crescente de recursos para os novos projetos desenvolvidos pela Conectas fazem com que a captação de recursos seja uma atividade essencial para a organização. Desde o início, a maioria dos financiamentos conquistados pela Conectas é proveniente de fundações e fundos internacionais.

Em 2008, os principais apoiadores de Conectas continuaram sendo a Fundação Ford, a Fundação Oak, os vários escritórios regionais e temáticos da Open Society Institute, o Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF), a União Européia, a Fundação Overbrook, a Fundação das Nações Unidas, o Better World Fund (UNF/BWF) e a Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil. Em atividades pontuais, Conectas também contou com o apoio das seguintes instituições: Embaixada da Alemanha no Brasil, Oxfam, Fundação Friedrich Ebert (FES), Democracy Coalition Project (DCP), Ashoka, Escola de Direito de São Paulo (FGV-SP) e Consulado Geral do Canadá no Brasil.

Novas investidas têm sido feitas no sentido de desenvolver mecanismos e estratégias para a cap-

tação junto ao setor empresarial brasileiro, mas ainda sem sucesso. No entanto, Conectas recebeu importantes contribuições não financeiras, sem as quais muitos dos resultados de seus projetos não teriam sido atingidos. As contribuições em espécie incluem, entre outros: o trabalho de quase 30 voluntários (estudantes universitários) por ano; os estágios em ONGs parceiras e a capacitação universitária na PUC-SP dos intercambistas do Programa de Direitos Humanos para a África Lusófona; o espaço oferecido para a realização do Colóquio pela Fundação Getúlio Vargas, bem como as palestras não-remuneradas de especialistas de todo o mundo durante o encontro e os autores e colaboradores não-remunerados da Revista Sur; além das centenas de horas de serviços *pro bono* oferecidos por membros da comunidade jurídica às causas do Instituto Pro Bono. Tais doações foram obtidas graças à credibilidade do trabalho da Conectas e, quanto mais reconhecida a organização se torna, mais fácil se torna obter tais respostas para as demandas. Infelizmente, ainda não é possível fazer a contabilidade dessas contribuições em termos financeiros, mas esperamos fazê-lo em futuro próximo.

Vale ressaltar, ainda, que a organização tem por política aceitar contribuições governamentais apenas para atividades de pesquisa e educação, a fim de preservar

a sua independência. Para 2009 e os anos seguintes, Conectas buscará ampliar sempre suas fontes de recursos, tanto internacionais como domésticas.

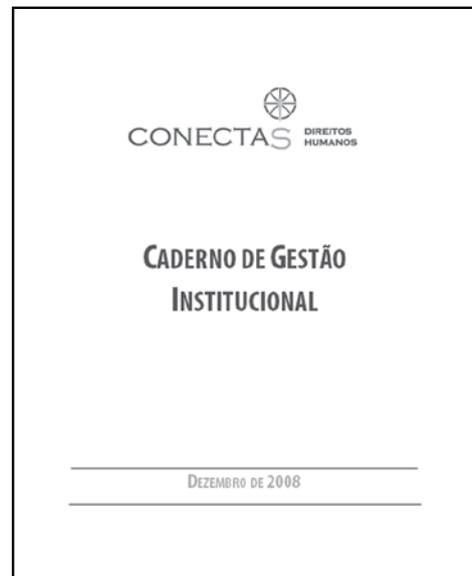
Planejamento, Avaliação e Administração

Para responder à expansão da Conectas, à multiplicação dos seus projetos, assim como à diversificação de suas fontes de financiamento, foi necessário revisar alguns mecanismos. Assim, em 2008, Conectas reorganizou sua área administrativa com o apoio de uma consultoria externa. Também desenvolveu um manual de procedimento interno para facilitar o acompanhamento e monitoramento dos projetos.

Além da reavaliação de sua estrutura, a organização ainda teve que reformular algumas das suas necessidades e seu planejamento para enfrentar o cenário de crise internacional. Em dezembro de 2008, foram tomadas, em consenso e com a colaboração de todas as equipes, uma série de medidas visando a redução das despesas fixas como, por exemplo, a decisão de mudar de sede para uma região da cidade de São Paulo com aluguel mais econômico e o congelamento dos salários.

Em 2008, os principais projetos da Conectas foram avaliados internamente e quando possível, junto com os beneficiários. E, em 2009, está prevista uma avaliação mais ampla de todos os projetos e da organização, que será desenvolvida com um facilitador externo, para diagnosticar os nichos de aprimoramento de seu trabalho e as respostas que podem ser dadas aos desafios que apresenta uma conjuntura sempre em evolução.

Este processo auxiliará no planejamento, sinalizando os melhoramentos e investimentos necessários, a definição de horizontes institucionais e rumos estratégicos de maior prazo. O que está sendo amadurecido é um plano que traduza uma visão cada vez mais aprimorada de seu papel e impacto.



Comunicação

Divulgar informações sobre a atuação e os resultados obtidos pelos projetos da Conectas para redes de parceiros, autoridades governamentais, colaboradores, voluntários e financiadores é uma das principais atividades da área de comunicação, que busca não apenas ser um instrumento para a sua consolidação institucional, mas também auxiliar na troca de informações e conteúdo fundamentais para o trabalho em rede previsto em quase todos os seus projetos.

site do Instituto Pro Bono (www.probono.org.br), o STF em Foco (www.stfemfoco.org.br) e site do Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra (www.saudemulhernegra.org.br), os dois últimos lançados pela Conectas em 2008.

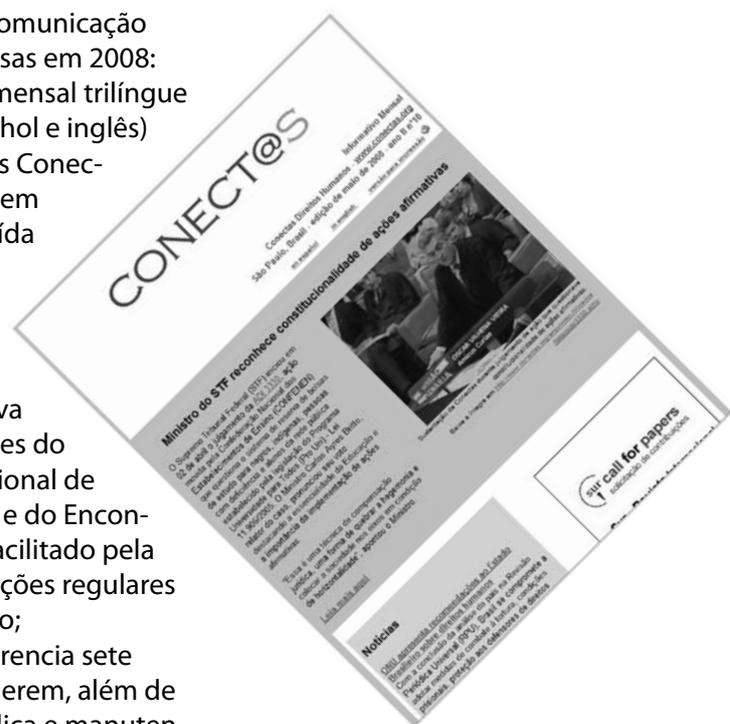
Por meio de atividades de assessoria de imprensa, a Conectas esteve em constante contato em 2008 com os principais meios de comunicação, rádio, TV e imprensa escrita e online, que deram espaço às atividades da Conectas.

As atividades de comunicação foram muito intensas em 2008:

- a Newsletter mensal trilingue (português, espanhol e inglês) sobre as atividades Conectas teve 9 edições em 2008 e foi distribuída a mais de 3 mil assinantes;

- o boletim quinzenal ConectaSur, uma iniciativa dos ex-participantes do Colóquio Internacional de Direitos Humanos e do Encontro Estratégico e facilitado pela Conectas, teve edições regulares durante todo o ano;

- a Conectas gerencia sete websites que requerem, além de atualização periódica e manutenção, esforços para a tradução do conteúdo, uma vez que a maioria deles está em três línguas – português, inglês e espanhol. São eles a Revista Sur online (www.surjournal.org), Conectas (www.conectas.org), ConectaSur (www.conectasur.org) e Comitê Brasileiro de Política Externa e Direitos Humanos (www.dhpoliticaexterna.org.br); e, só em português, o



Os membros de sua equipe apareceram regularmente na mídia brasileira, por meio de entrevistas ou declarações. Os jornais, programas televisivos e de rádio são meios muito importantes para que a Conectas divulgue o seu trabalho.

Desafios e projetos para 2009

O ano de 2009 deve ser um dos mais desafiadores para a área institucional da Conectas. Em termos de captação de recursos, por exemplo, um dos seus maiores objetivos é assegurar a sustentabilidade financeira da organização em um cenário de crise econômica mundial. O processo da ampla avaliação da organização e o planejamento do desenvolvimento dos seus projetos no decorrer do ano indicam que este é um momento decisivo para que a organização possa refletir sobre visão institucional, capacidade de gestão, parcerias estratégicas e fontes de financiamento.

Já a área de comunicação ainda precisa ser reforçada para que consiga dar mais visibilidade às atividades e resultados da Conectas. Um componente essencial dessa estratégia é o aprimoramento do site institucional da organização – www.conectas.org – e do portal – www.conectasur.org –, ferramentas que visam facilitar a divulgação de informações, a interação e o trabalho de *advocacy* com organizações parceiras. Além disso, é necessário atualizar os materiais institucionais, como folhetos e publicações.

Igualmente, a Conectas precisa investir em sua estrutura administrativa. Hoje, ela é composta por três colaboradores, com o apoio de uma empresa externa de contabilidade, além da contratação de uma empresa internacional de auditoria. A equipe responde pelo controle de todas as atividades financeiras e administrativas da organização. Assim, pretende-se melhorar o sistema de controle interno, buscando soluções para uma gestão integrada.

Para completar, no primeiro trimestre de 2009 a Conectas mudou a localização de seu escritório, transferindo suas atividades cotidianas para uma área mais central da cidade de São Paulo, o que facilitará o contato com os outros parceiros da organização, sejam eles do terceiro setor, entidades públicas ou empresas. O escritório encontrava-se em duas pequenas casas, em uma área comercial, cujos custos de manutenção e aluguel aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Além de mais econômico, a mudança para um espaço maior e mais funcional facilita a comunicação interna e a interação entre os colaboradores.

RELATÓRIO FINANCEIRO

Conectas Direitos Humanos é composta por duas pessoas jurídicas, registradas como Associação Direitos Humanos em Rede e Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos. Os relatórios abaixo se referem à cada uma das entidades.

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

Quadro I - Balanço patrimonial em 31 de dezembro em milhares de Reais)

ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	26	53	Contas a pagar	3	3
Aplicações financeiras	367	383	Obrigações sociais	12	23
Outras contas a receber	9	21	Obrigações tributárias	7	12
	403	458	Adiantamentos diversos	74	64
				98	103
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Permanente			Patrimônio Social		
Imobilizado	39	57	Patrimônio social	394	242
			Superávit (Déficit) do exercício	(49)	169
				345	412
TOTAL DO ATIVO	443	515	TOTAL DO PASSIVO	443	515

Quadro II- Demonstração do superávit/déficit dos exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	2008	2007
RECEITAS		
Doações nacionais	61	518
Doações do exterior	2.159	1.499
Receitas das doações	2.221	2.018
DESPESAS		
Gastos com os projetos	(1.958)	(1.656)
Despesas com pessoal	(328)	(226)
Despesas financeiras	(6)	(14)
Despesas tributárias	(24)	(11)
Receitas financeiras	47	60
DESPESAS DAS ATIVIDADES	(2.270)	(1.848)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(49)	169

Quadro III- Demonstração das mutações do patrimônio social (em milhares de Reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2006 (não auditado)	321	(79)	242
Transferência para patrimônio social	(79)	79	
Superávit do exercício		169	170
Em 31 de dezembro de 2007	242	169	412
Transferência para patrimônio social	169	(169)	
Ajuste do ano anterior	(17)		(17)
Déficit do exercício		(49)	(49)
Em 31 de dezembro de 2008	394	(49)	345

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Déficit do período	(49)
Ajustes por	
- Depreciação	22
- Ajuste do exercício anterior	(17)
	(44)

VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS

Outras contas a receber	11
Contas a pagar	0,5
Obrigações sociais	(10)
Obrigações tributárias	(4)
Adiantamentos diversos	9
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(38)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compra de ativo imobilizado	(5)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(5)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(43)

DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTE DO CAIXA

Caixa e equivalente de caixa no início do período	437
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	393
	(43)

Quadro V- Demonstração das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

ORIGENS DE RECURSOS

Das operações:	
Superávit do exercício	182
Total das origens	182

APLICAÇÕES DE RECURSOS

Déficit do exercício	
Aquisição de imobilizado	23
Total das aplicações	23

AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Ativo circulante:	
- No final do exercício	458
- No início do exercício	312
	145

Passivo circulante:

- No final do exercício	103
- No início do exercício	116
	13

AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Superávit (Déficit) do exercício	170
Depreciação	12
Resultado do período ajustado	182

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Administradores
Associação dos Direitos Humanos em Rede

1. Examinamos o balanço patrimonial da Associação dos Direitos Humanos em Rede, levantado em 31 de dezembro de 2008, e a respectiva demonstração de déficit do exercício, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2008, o déficit de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e o fluxo de caixa referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do superávit do exercício, das mutações do patrimônio social e as origens e aplicações de recursos daquele exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 14 de abril de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa no. 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008.

São Paulo, 13 de março de 2009.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/0-1

SUR – Rede Universitária de Direitos Humanos

**Quadro I - Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(em milhares de Reais)**

ATIVOS	2008	2007	PASSIVOS	2008	2007
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	20	9	Contas a pagar		12
Aplicações financeiras	362	181	Obrigações sociais	4	2
Outras contas a receber	28	6	Obrigações tributárias	4	4
	410	196	Credores diversos	5	5
				13	23
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Permanente			Patrimônio social		
			Patrimônio social	176	137
Imobilizado	2	4	Superávit (Déficit) do exercício	223	39
Total do Ativo	412	200	Total do Passivo	412	200

**Quadro II- Demonstração do superávit/déficit dos exercícios
findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)**

	2007	2008
RECEITAS		
Doações nacionais		125
Doações do exterior	823	674
Receitas das doações	823	799
DESPESAS		
Gastos com os Projetos	(587)	(760)
Despesas com Pessoal	(12)	(6)
Despesas Tributárias	(8)	(2)
Resultado financeiro	7	8
DESPESAS DAS ATIVIDADES	(600)	(760)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	223	39

**Quadro III- Demonstração das mutações do patrimônio
social (em milhares de Reais)**

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2006 (não auditado)	176	(39)	137
Déficit do exercício	(39)	39	
Superávit do exercício		39	39
Em 31 de dezembro de 2007	137	39	176
Transferência para patrimônio social	39	(39)	
Superávit do exercício		223	223
Em 31 de dezembro de 2008	176	223	399

Quadro IV- Demonstração das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Superávit do período	223
Ajustes por	
- Depreciação	2
	225
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS	
Outras contas a receber	(22)
Contas a pagar	(13)
Obrigações sociais	2
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	192
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	192
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTE DO CAIXA	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	190
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	382
	192

Quadro V- Demonstração das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	2007
ORIGENS DE RECURSOS	
Das operações:	
Superávit do exercício	39
- Depreciação	3
Total das origens	42
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	42
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	
Ativo circulante	
- No final do exercício	196
- No começo do exercício	152
	44
Passivo circulante	
- No final do exercício	23
- No começo do exercício	21
	(2)
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	42

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Administradores SUR – Rede Universitária de Direitos Humanos

1. Examinamos o balanço patrimonial da Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos, levantado em 31 de dezembro de 2008, e a respectiva demonstração de superávit, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos em 31 de dezembro de 2008, o superávit de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e o fluxo de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do superávit do exercício, das mutações do patrimônio social e as origens e aplicações de recursos daquele exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 14 de abril de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa no. 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º. de janeiro de 2008.

São Paulo, 13 de março de 2009.

EQUIPE CONECTAS DIREITOS HUMANOS

Diretora Executiva - Malak El Chichini Poppovic

Diretor Jurídico - Oscar Vilhena Vieira

Área Institucional

André Degenszajn - Coordenador de Desenvolvimento Institucional (2008)

Nathalie Nunes - Coordenadora de Desenvolvimento Institucional (2009)

Denise Conselheiro - Assessora de Comunicação

Lucia Nader - Coordenadora de Relações Internacionais

Marcelo Moisés - Programador Web

Muriel Soares - Estagiária

Programa Sul Global

Juana Kweitel - Coordenadora de Programa

Laura Mattar - Coordenadora de Projeto (2008)

Camila Asano - Assistente de Projeto

Mila Dezan - Assistente de Projeto

Thiago Amparo - Assistente de Projeto

Daniela Ikawa - Editora da Revista Sur

Pedro Paulo Poppovic - Editor da Revista Sur

Raphael Daibert - Estagiário

Programa de Justiça

Artigo 1º

Eloisa Machado - Coordenadora de Programa

Marcela Vieira - Advogada

Samuel Friedman - Advogado

Vivian Sampaio - Estagiária

Valcrécio Paganele (Teo) - Estagiário

Instituto Pro Bono

Marcos Fuchs - Diretor

Carolina Bittencourt - Advogada

Eric Lockwood - Advogado (2009)

João Pedro Pereira Brandão - Advogado (2008)

Laura Mattar - Advogada (2008)

Projeto Direito à Saúde da Mulher Negra

Laura Mattar - Coordenadora do Projeto (2008)

Bruna Angotti - Pesquisadora (2008) e Coordenadora do Projeto (2009)

Fabiane Oliveira - Estagiária

Administração

Fernanda Mioto - Gerente Administrativa

Juliana Gomes - Assistente Administrativa (2008)

Maira Barreto - Assistente Administrativa

Meiry Carminati - Assistente Financeira

Conectas também conta com uma equipe de voluntários para cada um de seus projetos e recebe estudantes para estágios não-remunerados.

Voluntários Estrangeiros

Emma Dearnaley, Eric Lockwood, Fred Hasselquist, Karim Mijal, Marisol Soltero Soto.

Voluntários

Alexandre Nápoles Filho, Amir Choib Jr, Ana Letícia Salla, Bruna Santana, Caio Vilella, Conrado Davoli, Fabiana Bacchi, Felipe Silva, Gabriela Barros de Luca, Isabel Arbex, Isamar Escalona, Marcelo Haydu, Mariana Parra, Mariana Piazzilla, Mariana Septimio, Mila Dezan, Nathalie Nunes, Raphael Daibert, Ricardo Ferraz, Severine Calza, Stephanie Guimarães.

Monitores voluntários do VIII Colóquio

Alberto Coutinho Rabelo, Alexandre Pacheco Martins, Ana Carolina Alfinito Vieira, Ana Letícia Mafra Salla, Ana Teasca, Daniel Escorel Alencar, Fabiana Rizzo de Moura Leibi, Gala Lígia Dahlet, Igor Rolemberg Gois Machado, Ingrid Leão, Luis Henrique Correa do Amaral, Mariana dos Santos Parra, Marina Mattar Soukef Nasser, Muriel Soares, Newton Garcia Teixeira Martins, Pedro Affonso Duarte Hartung, Pepe Tonin e Raphael Muniz Garcia de Souza.



CONECTAS DIREITOS HUMANOS

Rua Barão de Itapetininga, 93 - 5º andar

São Paulo/SP - 01042-908 - Brasil

Tel/Fax (55 11) 3884-7440

conectas@conectas.org

www.conectas.org | www.conectasur.org